

**RELATÓRIO DO PROJETO DE CAPACITAÇÃO
DA REDE DE ATENÇÃO INFANTO-JUVENIL
SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO DESTINADO
A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DF (II
CURSO OCA NO DF)**

**BRASÍLIA,
AGOSTO DE 2008**

RELATÓRIO DO PROJETO DE CAPACITAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO INFANTO-JUVENIL SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO DESTINADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DF (II CURSO OCA NO DF) ¹

A realização do *II Curso de Orçamento Criança e Adolescente do Distrito Federal* foi uma iniciativa da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude do Distrito Federal (PJDIJ-DF). Sua execução teve a colaboração do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). A promoção do curso é da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), órgão que viabilizou financeiramente esse projeto, denominado “Capacitação da rede de atenção infanto-juvenil sobre orçamento público destinado a crianças e adolescentes no DF”.

O objetivo geral do projeto foi desenvolver atividade de aperfeiçoamento e apuração do Orçamento Criança e Adolescente (OCA) no Distrito Federal para 2008. Além disso, o curso visou construir estratégias de monitoramento do orçamento público da área infanto-juvenil.

O II Curso OCA manteve o foco na temática orçamentária². Contudo, não mais com a preocupação principal de abordar conceitos teóricos. Por ser o público composto predominante por aqueles que participaram do curso anterior, a apresentação de conceitos orçamentários teve um caráter de revisão.

“Como *efetivar* a previsão orçamentária em políticas públicas concretas de defesa da infância e adolescência?”. Esse foi o questionamento que motivou a concepção do curso e orientou a maior parte da programação à discussão (e ao exercício) da participação política. A intenção era, portanto, avançar para além do conhecimento teórico.

Para cumprir esse objetivo, o curso organizado em três eixos: 1) **revisão sobre conceitos do orçamento público e da metodologia OCA**; 2) **a mídia como parceira potencial** e; 3) **articulação política (construção de estratégias políticas e exercícios práticos)**³.

Alguns indicadores que mensuram a situação da infância e adolescência no Brasil e no Distrito Federal são apresentados na parte 1 do presente relatório. Na parte 2, são apresentados os números do gasto público no DF. Os conteúdos e os resultados do curso são abordados nas partes 3, 4 e 5.

¹ Lucídio Bicalho - Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

² Esse projeto foi antecedido por uma primeira experiência em novembro de 2007, oportunidade na qual foi trabalhada uma formação básica e introdutória da temática orçamentária e, em especial, da metodologia OCA para integrantes da Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente do Distrito Federal (RECRIA-DF).

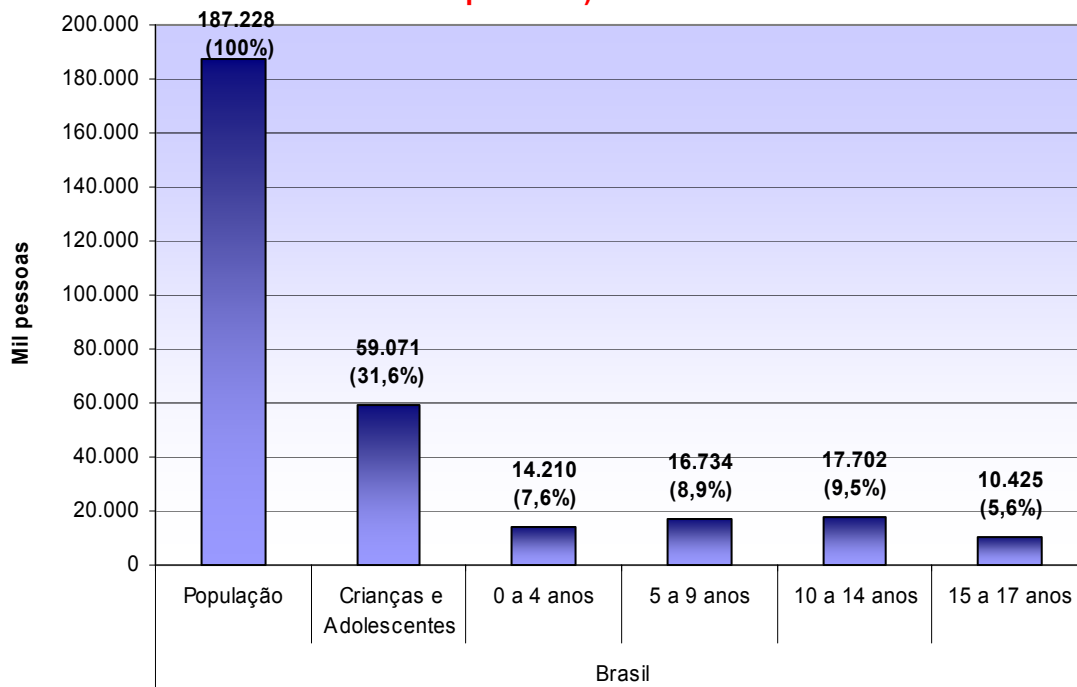
³ Todos os encontros aconteceram na sede da *Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do DF*, situada na SEP 711/911, Bloco "B", Asa Norte.

I

ALGUNS INDICADORES SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira é de aproximadamente 188 milhões de pessoas. As crianças e os adolescentes são 31,6% do total da população (59 milhões). A figura 1 mostra a distribuição de crianças e adolescentes por faixa de idade no Brasil.

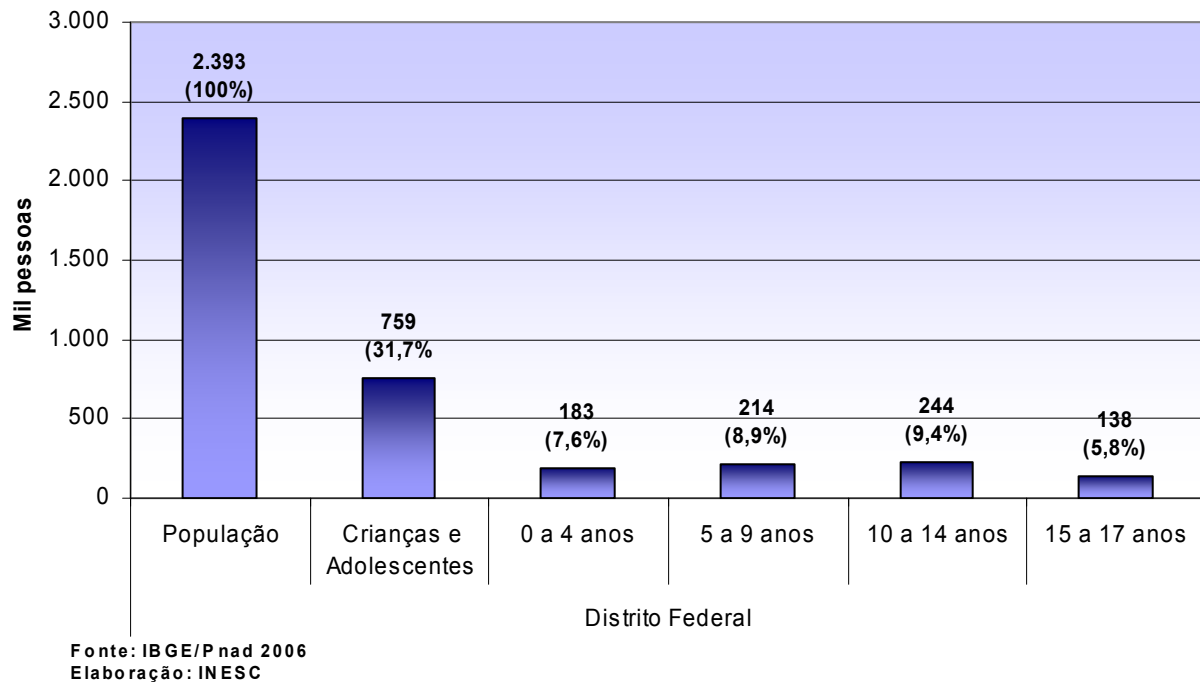
Figura 1
População e número de crianças e adolescentes no Brasil (mil pessoas) - 2006



Fonte: IBGE/PNAD 2006
Elaboração: INESC

No Distrito Federal, população total é de 2,39 milhões de pessoas. As crianças e os adolescentes representam 31,7% do total dos brasilienses (759 mil). A figura 2 mostra a distribuição de crianças e adolescentes por faixa de idade no Distrito Federal.

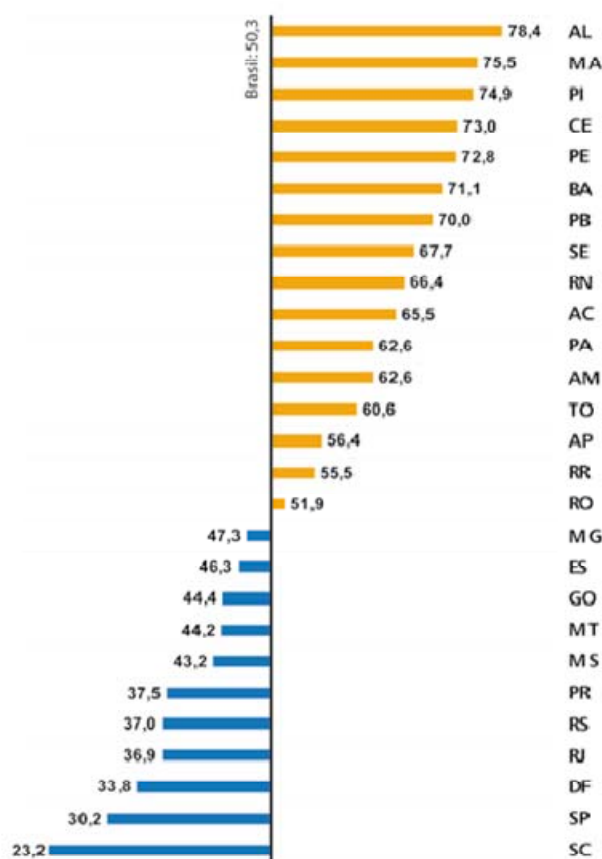
Figura 2
População do DF e crianças e adolescentes por faixa de idade (mil pessoas) - 2006



Na figura 3, conforme apuração do UNICEF, na maioria dos Estados brasileiros, mais de 50% das crianças e adolescentes são pobres. Isso significa que a vivem em famílias cujo rendimento familiar mensal é de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. O pior colocado é o Estado de Alagoas, onde 78,4% das crianças e adolescentes são pobres.

O Distrito Federal é o terceiro melhor colocado neste *ranking*, com 33,8% ou $\frac{1}{3}$ de crianças e adolescentes pobres. É claro que num contexto geral isso está longe de ser uma boa notícia. O DF apresenta uma situação aparentemente boa apenas porque está sendo comparado com Estados cujos indicadores são ruins.

Figura 3
Ranking dos Estados por proporção de crianças e adolescentes pobres, 2006 (%)



Fonte: IBGE/Pnad 2006

Reprodução da figura original. Ver UNICEF. Situação Mundial da Infância 2008- Caderno Brasil, 2008.

O UNICEF fornece outro indicador para se fazer uma comparação entre as unidades do país. O Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) foi desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com o objetivo monitorar a situação da primeira infância nas regiões, Estados e municípios brasileiros⁴.

Na figura 4, abaixo, o UNICEF mostra que a situação da primeira infância no Distrito Federal guarda correlação com a variável renda. O DF é a unidade da federação que está no quarto melhor lugar do *ranking* divulgado pelo UNICEF.

⁴ Segundo o UNICEF, o IDI é composto por quatro indicadores básicos: Crianças menores de 6 anos morando com pais com escolaridade precária; Cobertura vacinal em crianças menores de 1 ano de idade (DPT e Hib); Cobertura pré-natal de gestantes; Crianças matriculadas na pré-escola. Ver em UNICEF. Situação Mundial da Infância 2008 - Caderno Brasil, 2008.

Figura 4
Ranking dos Estados segundo o IDI, 2006

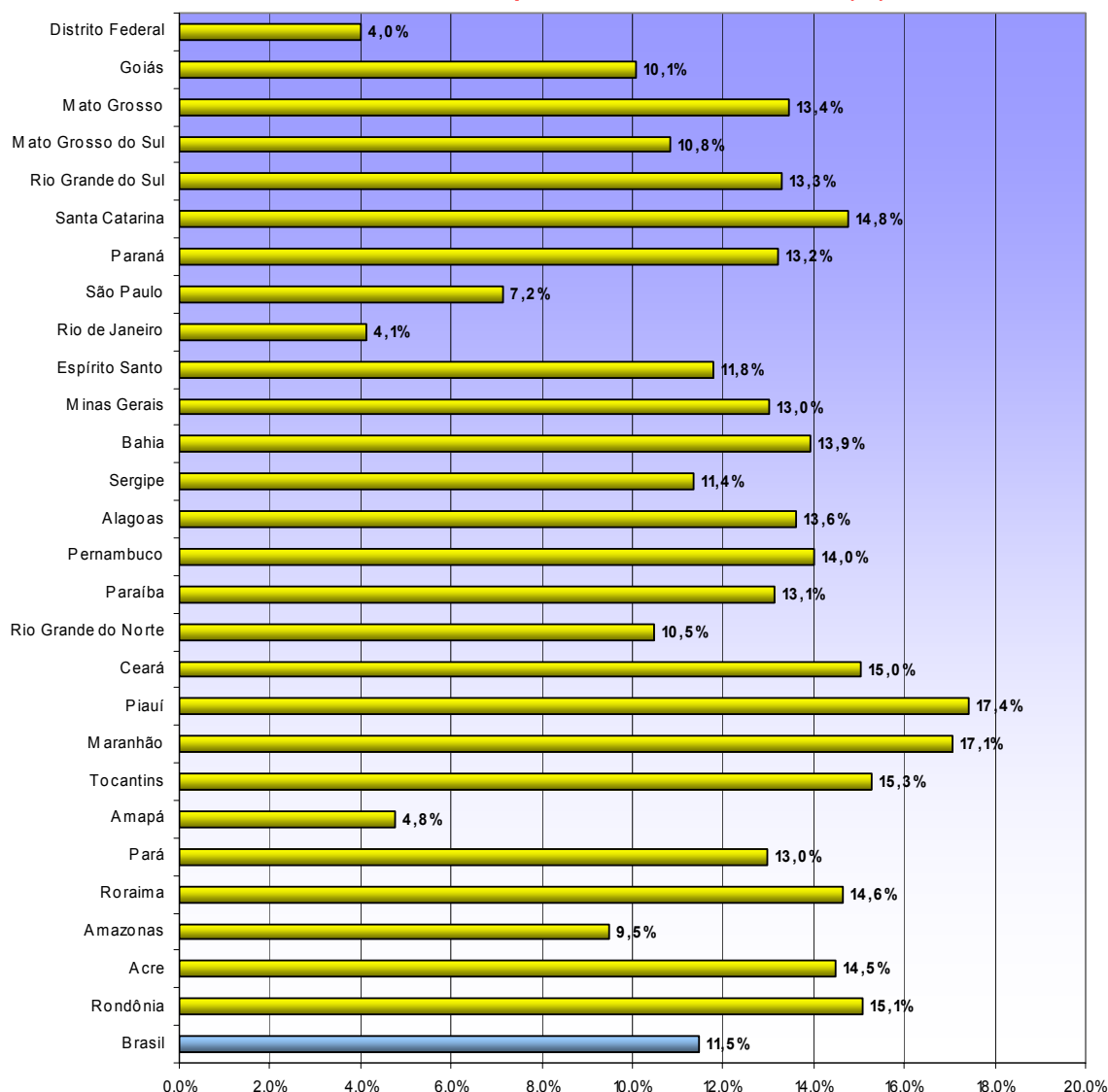


Fonte: UNICEF – Monitoramento e Avaliação
 Reprodução da figura original. Ver UNICEF. Situação Mundial da Infância 2008- Caderno Brasil, 2008.

Segundo o IBGE, são 5,1 milhões de pequenos brasileiros em situação de trabalho. O percentual de crianças e adolescentes trabalhando na faixa de idade entre 5 e 17 anos no país é de 11,5%. Nada menos que 17 estados estão acima desse índice. Os dois piores resultados estão no nordeste: Piauí (17,4%) e Maranhão (17,1%). Os percentuais podem ser conferidos na figura 5.

O Distrito Federal apresenta o menor percentual do país de pessoas entre 5 e 17 anos em situação de trabalho. No DF, 23 mil crianças e adolescentes estavam em situação de trabalho em 2006. Isso corresponde a 4,0% da população da faixa de idade entre 5 e 17 anos no DF.

Figura 5
Percentual de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho no Brasil e por unidade da federação (%) - 2006

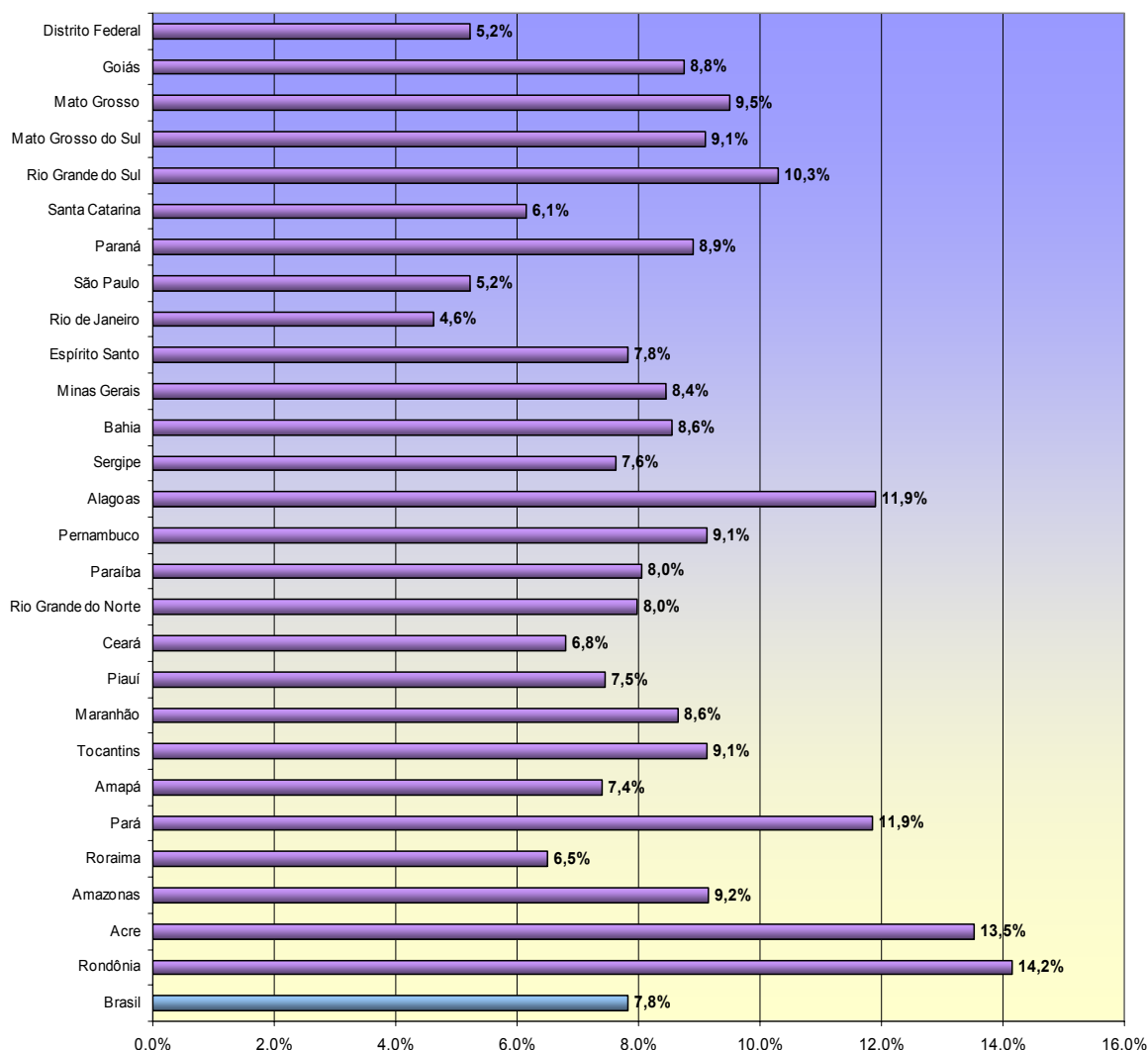


Fonte: IBGE/ Pnad 2006
 Elaboração: INESC

A figura 6, abaixo, retrata a educação no país. No Brasil, estão fora da escola 3,5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos. Isso representa 7,8 % dessa população.

No Distrito Federal, entre a população de 5 a 17 anos, 30 mil estavam fora da escola. Esse número representa 5,2 % dessa população.

Figura 6
Percentual de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) fora da escola no Brasil e por unidade da federação - 2006



Fonte IBGE/ Pnad 2006
 Elaboração: INESC

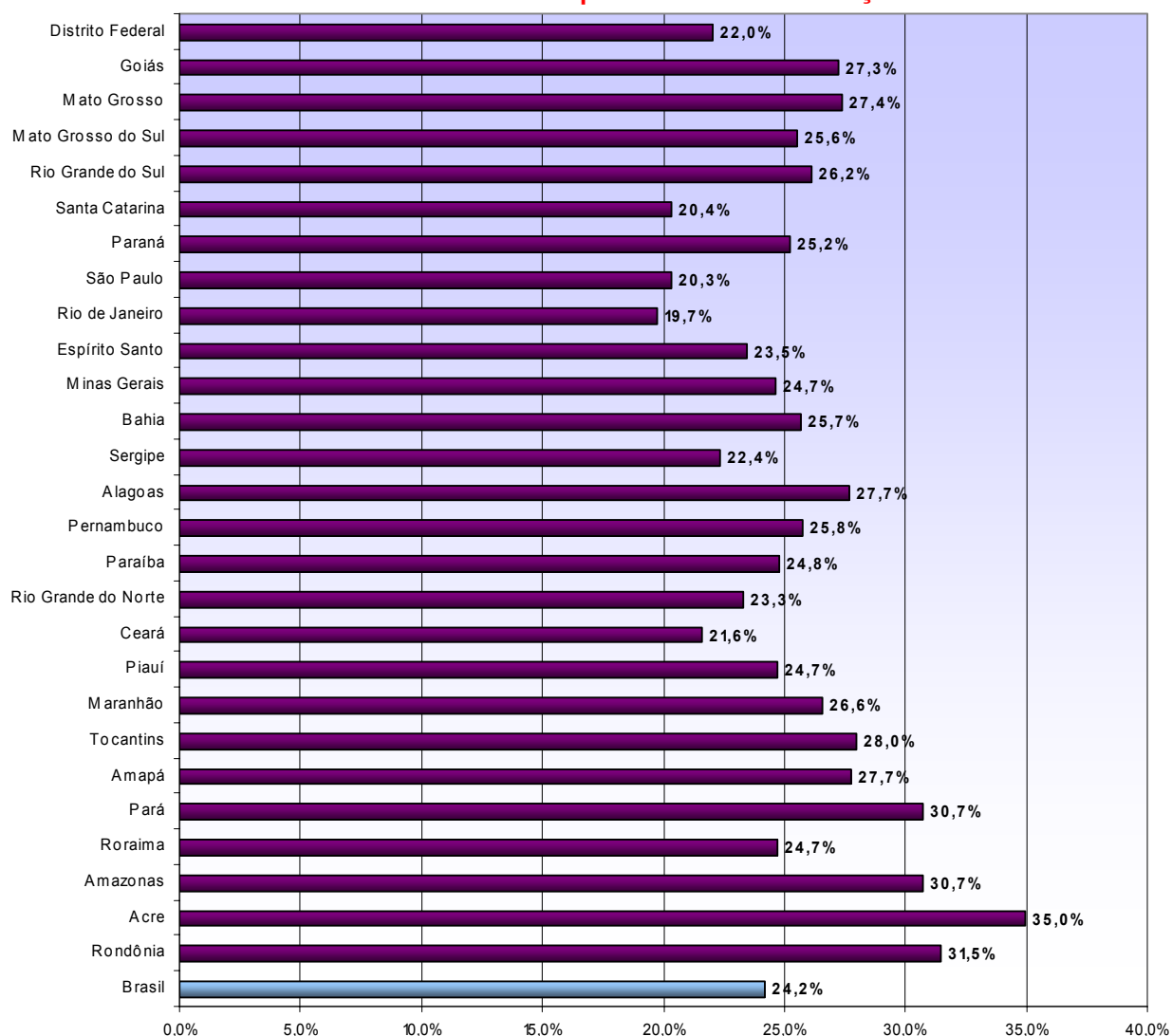
Na figura 7, abaixo, ocorre um salto significativo no percentual de crianças e adolescentes fora de creche ou escola quando se adiciona o número de crianças com menos de 5 anos no cálculo.

Em 2006, aproximadamente 14,3 milhões crianças e adolescentes até 17 anos não freqüentavam creche ou escola no Brasil. Esse número corresponde a 24,2% do total da população até 17 anos.

No Distrito Federal, entre 0 e 17 anos, 167 mil crianças e adolescentes não freqüentavam creche ou escola em 2006. Isso corresponde a 22,0% das pessoas até 17 no DF.

Conclui-se que apenas 46 mil crianças com menos de 5 anos (¼ da população dessa população) freqüentava algum tipo de creche no DF.

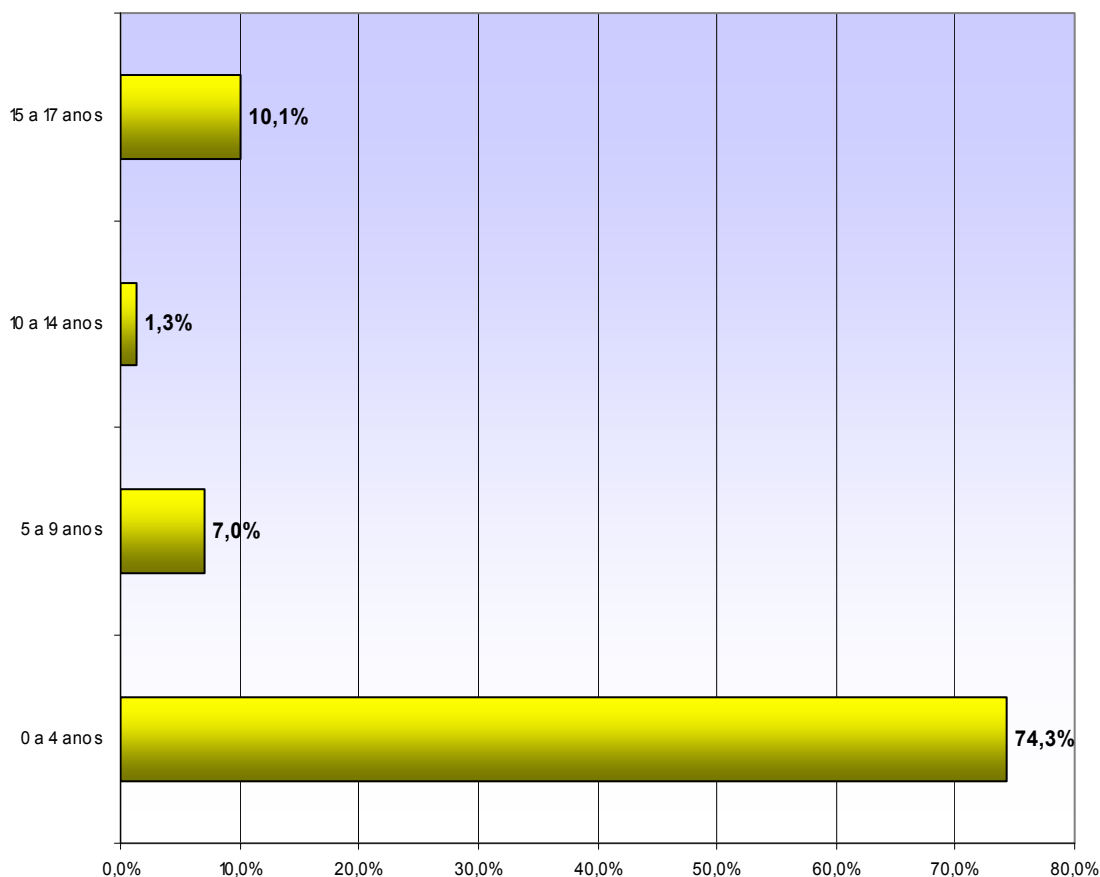
Figura 7
Percentual de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) fora de creche ou escola no Brasil e por unidade da federação - 2006



Fonte: IBGE/ Pnad 2006
 Elaboração: INESC

A figura 8 mostra o percentual de crianças e adolescentes por faixa de idade que não freqüentavam creche ou escola em 2006 no Distrito Federal. É alto o percentual de crianças entre 5 e 9 anos fora da escola. O índice é de 7,0% dessa população. É ainda mais alto esse índice entre os adolescentes de 15 a 17, já que 10,1% deles estão fora da escola. Fica evidente ainda a baixa cobertura de creches ou outro tipo de instituição para crianças até 4 anos: 74,3% não freqüentavam creche.

Figura 8
Percentual de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) fora de creche ou escola por grupos de idade no Distrito Federal - 2006

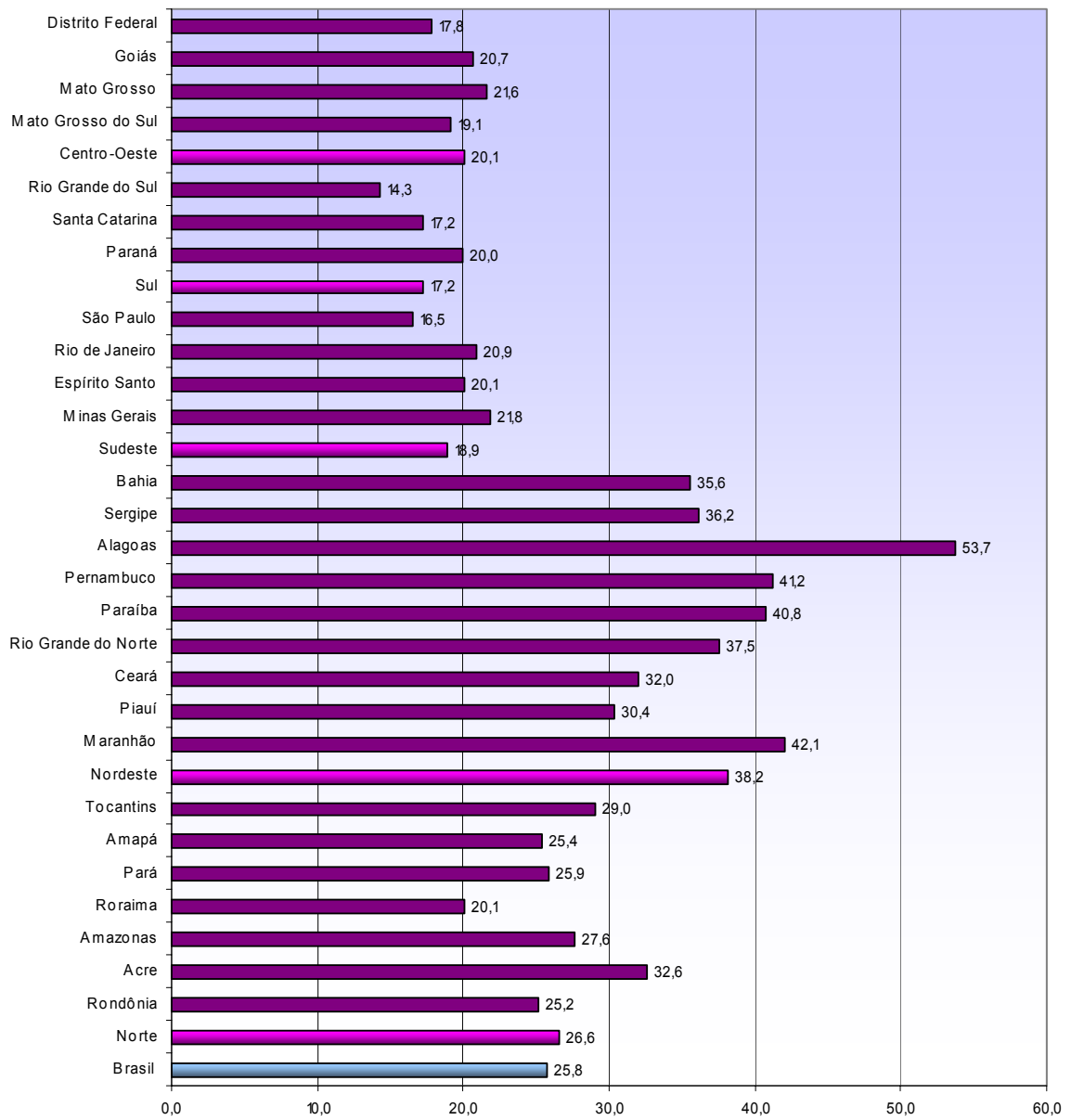


Fonte: IBGE/Pnad
Elaboração: INESC

A figura 9, abaixo, mostra o índice de mortalidade infantil por região do país e por unidade da federação. O IBGE encontrou que 38,2% do total de crianças nascidas morreram no Nordeste em 2005. É a região que possuiu mais mortes de crianças no primeiro ano de vida. A região que apresenta o menor índice de mortalidade infantil é a região sul, com 17,2%.

A unidade da Federação que possui o menor índice de mortalidade infantil é o Rio Grande do Sul (14,3%). O próximo é São Paulo (15,5%). Santa Catarina está na terceira melhor posição (17,2%). O Distrito Federal está em quarto (17,8%). A pior situação do país novamente ficou com Alagoas (53,7%).

**Figura 9 -
Taxa de mortalidade infantil (%) ou freqüência com que ocorrem os óbitos infantis
(menores de um ano de idade) em uma população em relação ao número de
nascidos vivos em determinado ano civil - 2005**



Fonte: PNAD 2006
Elaboração: INESC

II ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE - OCA

Entre as atividades do curso, previu-se a apuração do Orçamento Criança e Adolescente (OCA) para o Distrito Federal em 2008. Diz respeito ao levantamento dos créditos previstos e executados (liquidados) na Lei Orçamentária Anual (LOA) do GDF destinados políticas públicas que impactam crianças e adolescentes⁵.

De acordo com essa apuração, na LOA do GDF para 2008, o OCA alcança uma previsão de R\$ 2,1 bilhões (valor autorizado ou gasto previsto). Posto que existem 759 mil crianças e adolescentes no DF, se todo o crédito orçamentário do OCA-DF fosse executado, o *gasto per capita* anual seria R\$ 2.850,30 de dentro dessa população. O cálculo do crédito autorizado *per capita* ao mês e ao dia revela cifras mais tímidas: R\$ 237,52/mês e R\$ 7,81/dia para cada criança ou adolescente até 17 anos. É o que mostra a tabela 1.

Tabela 1
Crédito autorizado per capita do OCA-DF para 2008 entre a população até 17 anos

	R\$ 1,00
	Autorizado para 2008
Valor/Ano	R\$ 2.850,30
Valor/Mês	R\$ 237,52
Valor//Dia	R\$ 7,81

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa- QDD www.districtofederal.df.gov.br

Apuração do OCA: II Curso OCA DF

Elaboração: INESC

Ressalta-se que, entre os subtítulos listados, existem muitos créditos que dificilmente serão executados. Muitos se referem a emendas de parlamentares ao orçamento que não encontram receptividade (ou consenso político) no Executivo. Por isso, dificilmente serão liquidados até o final do ano.

Entre os subtítulos listados, encontram-se, inclusive, os créditos orçamentários que estão previstos para pagamento de servidores públicos que, de alguma forma, executam políticas públicas que beneficiam crianças e adolescentes diretamente (ou têm essa meta como fim último). Um exemplo é o pagamento de servidores da área de educação. A inclusão desse tipo de despesa ajuda a explicar o valor relativamente alto para o OCA no DF.

A tabela 2 mostra que, até 4 abril, o valor liquidado foi de R\$ 554 milhões ou 25,65% do que está previsto no valor autorizado na LOA do GDF. Um ritmo de execução razoável para o período. O que não significa muito.

⁵ Esta atividade foi cumprida no dia 05 de maio. O método utilizado pelo grupo foi a apuração direta das ações (subtítulos) que constam do QDD no DF, como prevê a cartilha de "De Olho no Orçamento Criança", desenvolvida pela Fundação Abrinq, UNICEF e INESC.

Tabela 2
Crédito liquidado per capita do OCA-DF para 2008 entre a população até 17 anos

	R\$ 1,00
	Liquidado até 4/04
Valor/ 3 meses	R\$ 730,97
Valor/ Mês	R\$ 243,66
Valor/Dia	R\$ 8,12

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa- QDD www.districtofederal.df.gov.br

Apuração do OCA: II Curso OCA DF

Elaboração: INESC

Feitos alguns cálculos, conclui-se que crédito executado nos 3 primeiros meses foi de R\$ 730,97 para cada criança ou adolescente até 17 anos. Já o crédito liquidado *per capita* em 1 (um) mês foi de R\$ 243,66. E o crédito liquidado *per capita* ao dia foi R\$ 8,12 (isto é, para cada criança ou adolescente até 17 anos).

Sabemos que dificilmente se executará 100% do crédito previsto. Mesmo assim nos perguntamos se o valor executado “é muito ou é pouco”. Como responder a essa pergunta? Acredita-se que a resposta só pode ser obtida medindo-se o “déficit de direitos”⁶. Isto é, a resposta se o atual nível de gasto público nessa política é suficiente ou não apenas pode ser encontrada após a comparação entre os (i) direitos previstos, (ii) os indicadores estatísticos que mensuram a situação da infância e adolescência e (iii) a execução orçamentária.

Por último, vale a pena apresentar os valores que estão sendo apurados pelo GDF para o OCA no DF por força da aprovação da Lei nº 4.086, de 28 de janeiro de 2008⁷. O primeiro relatório apresentou um valor previsto de R\$ 444,4 milhões e uma execução de R\$ 283,8 milhões para o OCA DF em 2006. Portanto, o GDF executou (63,87%) do previsto para 2006. Em 2007, foram previstos R\$ 478,3 milhões e executados R\$ 300 milhões. Isto é, gastou-se 62,91% da previsão. Esses valores estão na tabela 3.

A previsão de gasto que foi apurada pelo GDF para 2007 é aproximadamente ¼ do valor autorizado apurado para 2008 na seleção direta realizada pelo grupo que participou do “II Curso OCA DF”. O ideal seria comparar as duas metodologias no sentido de buscar esclarecimentos para tamanha discrepância. Por exemplo, a segunda metodologia incluiu gastos com a folha de pagamento de servidores que executam políticas públicas cujos desenhos têm como objetivo central a garantia de direitos às crianças e aos adolescentes.

Tabela 3
Despesa relativa aos programas e ações exclusivamente direcionadas à criança e ao adolescente

Exercício	Fixada	Executada	Variação	
			Valor	%
Exercício 2006	444.445.689	283.864.735	160.580.955	63,87
Exercício 2007	478.339.592	300.939.629	177.399.963	62,91

Fonte: Relatório Orçamento Criança e Adolescente/ Seplan-GDF

⁶ Desde 2007, Inesc busca desenvolver essa linha, chamada de “orçamento e direitos”, para analisar os gastos do governo federal.

⁷ A redação completa da Lei 4086, de 2007 consta do final do relatório.

III

EIXO I - REVISÃO DE CONCEITOS BÁSICOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO E DA METODOLOGIA OCA

Neste tópico, dispensa-se uma abordagem sobre o conteúdo teórico do curso. As apresentações utilizadas e outros materiais foram entregues aos participantes gravadas em mídia eletrônica⁸.

1º ENCONTRO - ENTENDENDO O ORÇAMENTO PÚBLICO: CONCEITOS BÁSICOS LEGISLAÇÃO, PRINCIPAIS LEIS E CICLO ORÇAMENTÁRIO

No primeiro encontro, em 23 de abril, inicialmente, foi explicado que o curso teria uma natureza mais prática, isto é, que a meta principal seria a construção de estratégias para contribuir para a efetivação do OCA no DF. A maioria dos participantes já havia participado do “I Curso OCA no DF”. Nesse sentido, fez-se uma breve exposição de conceitos orçamentários básicos.

2º ENCONTRO - ENTENDENDO A METODOLOGIA DO OCA E ANALISANDO A APURAÇÃO DE ANOS ANTERIORES NO DF

No encontro do dia 28 de abril, o Inesc expôs a metodologia de apuração do Orçamento Criança e Adolescente - OCA. Foi utilizada como subsídio a cartilha de “De olho no Orçamento Criança”, uma publicação do Inesc, da Abrinq e do UNICEF⁹. Foram apresentados os dois pontos centrais da metodologia:

- i) a apuração do **OCA não-exclusivo**, isto é, uma seleção indireta das ações orçamentárias que impactam o público criança e adolescente, por meio da seleção prévia de funções e subfunções apontadas no quadro 3 da cartilha “De olho no orçamento Criança” (pag. 21-23);
- ii) a apuração de ações diretamente relacionadas à temática da infância por meio da análise de cada ação do orçamento, rejeitando ou aceitando sua relevância para a temática orçamentária, caso a caso.

Buscou-se utilizar o “*Quadro de Detalhamento de Despesa-QDD de 2008*” do Distrito Federal para auxiliar o entendimento conceitual: “o que é um programa”, “o que é uma ação”, “o que é um subtítulo”, “o que é valor autorizado”, “o que é valor empenhado”, “o que é o valor pago” etc. Assim, sempre que possível, conceitos abstratos foram relacionados à peça do orçamento local(QDD).

Acordou-se reservar outro momento para a análise dos relatórios anteriores de apuração do OCA no DF, experiências protagonizadas pela PJDIJ-DF.

⁸ As duas primeiras oficinas foram ministradas por Lucídio Bicalho, do Inesc.

⁹ A metodologia do Orçamento Criança e Adolescente (OCA) foi desenvolvido pelo Inesc em parceria com a Fundação Abrinq e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Foi uma oportunidade de discutir a metodologia e aprimorar o conhecimento sobre o orçamento local mediante o exercício de apuração do OCA no Distrito Federal.

3º ENCONTRO - APURANDO O OCA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (2008) DO DISTRITO FEDERAL

No terceiro encontro, ocorrido no dia 05 de maio, o Inesc apresentou uma seleção prévia de ações orçamentárias, uma lista ainda bruta, para subsidiar o exercício de construção do OCA 2008. A metodologia utilizada foi a seleção direta dos subtítulos que constavam do QDDⁱ que impactam a infância e a adolescência. Os participantes avaliaram o “OCA provisório” e, divididos em grupo, teceram os comentários sobre a seleção e apontaram as correções. Enfim, uma lista de ações final foi acordada.

Destaca-se grande dificuldade encontrada para se fazer tal seleção. Não são apenas as descrições/denominações das ações que são incompletas ou pouco esclarecedoras do real objetivo da ação. A disponibilidade das ações em formato *pdf* e sua divulgação defasada em relação ao real período de execução revelam-se como os grandes obstáculos para a apuração do OCA e seu monitoramento. Um formato de divulgação proporciona pouca operacionalidade. Fica evidente a urgência de investimentos financeiros e de capital humano para viabilizar uma melhor transparência orçamentária no Distrito Federal. A meta deve ser uma divulgação mais amigável ao público. Chamam a atenção os avanços obtidos no âmbito do governo federal. O Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br) e o Siga Brasil (www.senado.gov.br/siga) são experiências inspiradoras. O mesmo pode-se dizer do exemplo do Estado de São Paulo (www.fazenda.sp.gov.br). A transparência orçamentária é possível até mesmo em um contexto de pouca disponibilidade de recursos. Afinal, não são poucos que apontam a existência de correlação entre a transparência governamental e a utilização eficiente de recursos públicos e prevenção à corrupção. A transparência é fundamental no fortalecimento da democracia local e na garantia do acesso às informações públicas¹⁰.

RESULTADO DO EIXO I:

O resultado concreto desse primeiro eixo é a apuração do OCA no DF para 2008. Essa lista encontra-se no final desse documento, como anexo. Na tabela, estão as ações orçamentárias e os valores encontrados para o OCA exclusivo na lei orçamentária do DF para 2008. Esses dados subsidiaram a análise que se encontra na parte 1 desse relatório.

¹⁰ Inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal.

IV

EIXO II - A MÍDIA COMO PARCEIRA POTENCIAL NA EFETIVAÇÃO DO OCA¹¹

Discute-se nesta parte as pretensões e os resultados de duas oficinas de comunicação cujo objetivo principal foi apresentar os meios de comunicação como um parceiro potencial importante nas estratégias de incidência política.

4º ENCONTRO - OFICINA DE COMUNICAÇÃO I

“A mídia deve ser vista como um parceiro potencial na defesa dos direitos da criança?”; “A quem procurar?”; “Há uma forma adequada de se abordar um jornalista?”; “O que falar?”; “Quais fatos interessam à imprensa?”. Essas são algumas das dúvidas que permeiam a relação entre os defensores dos direitos das crianças e a imprensa. Para respondê-las foi convidada Paloma Oliveto, do Correio Braziliense (setorista da área de criança e adolescente), e jornalista “Amiga da Criança”, pela Andi¹². Seguem, abaixo, extratos de diálogos da oficina de 26 de maio¹³.

BOX Nº 1 - DIÁLOGO COM JORNALISTA

Paloma Oliveto - O Correio Braziliense, segundo a Andi, é um dos jornais que mais faz a cobertura do tema criança e adolescente, principalmente depois do advento do Estudo da Criança e do Adolescente (ECA). O Correio, até porque tem muitos jornalistas “amigos da criança”, busca enfatizar esse tema. Existem diversas possibilidades de pauta nessa área. Uma das mais interessantes pode vir a ser o cumprimento do OCA. Os conselheiros tutelares são aqueles que estão mais próximos da realidade. Todo ano, o Correio faz reportagem sobre a violência doméstica que atinge crianças e adolescentes e a base de dados utilizada é aquela alimentada pelos conselheiros. Então, são os conselheiros que devem pautar a imprensa, pois estão próximos dessa realidade. Talvez não haja uma consciência sobre o potencial dessa parceria entre conselheiros e imprensa. É mais fácil do que parece colocar uma notícia no jornal. É um processo extremamente simples. Muitas pautas nascem a partir da ligação que o repórter recebe e sujeita ao editor, que dá o aval para apostar. Alguns temas são delicados como, por exemplo, casos de exploração sexual. Mas, a imprensa tem formas de proteger a criança, fotografar a sombra, por exemplo. Apesar do sensacionalismo de que a imprensa é acusada, a denúncia é importante.

Jair Barbosa/Inesc - É importante ressaltar o protagonismo dos conselheiros tutelares, pois têm a informação. É importante que os conselheiros ocupem esse espaço de comunicação que existe. Os conselheiros tutelares são produtores de informação técnica. Devem ter cuidado na hora de passar essa informação. Pois, existe uma responsabilidade de repassar uma informação correta. Pois, depois que é divulgado, é difícil corrigir algo errado.

Paloma Oliveto - No caso orçamento, como é um tema difícil, os conselheiros tutelares podem interpretar e mostrar para o jornalista (e para a comunidade), de uma forma mais clara, a natureza dessas informações orçamentárias. Isto é, os conselheiros podem traduzir e ilustrar os dados orçamentários utilizando exemplos da realidade na ponta.

Paulo/Conselheiro - Acredita-se que não há espaço na mídia para cobrir o conselho tutelar.

Paloma Oliveto - Há falta de conhecimento da própria mídia (do jornalista) sobre o papel do conselho. Mas, também, os conselheiros devem procurar os jornalistas.

Selma/Conselheira Tutelar - Por que a mídia não coloca todas as informações? Como a mídia se comporta quando acontece alguma denúncia.

¹¹ As duas oficinas de comunicação foram coordenadas por Jair Barbosa, assessor de comunicação do Inesc.

¹² Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

¹³ Os extratos não correspondem às falas *ipsis literis* de alguns dos participantes. A redação é uma interpretação livre do sistematizador e os nomes citados não estão responsabilizados por nenhuma afirmação.

Paloma Oliveto - Nunca aconteceu de os editores vetarem uma notícia por criticar o governo. O conselheiro deve sempre procurar o jornalista. Porque o jornalista vai tentar ouvir os dois lados. Isso porque vivemos numa democracia.

Wesley/Representante do CDCA - Como uma notícia se torna interessante ao jornalista?

Paloma Oliveto - Existem diversas teorias. Não existe uma só explicação. Uma das explicações é o elemento surpresa. Existem questionamentos quando há uma cobertura grande, por exemplo, direcionada para a morte em uma família de classe média e menos cobertura para a morte em uma família de classe baixa. Mas o fato inesperado ajuda explicar porque há uma cobertura maior ou menor para uma notícia. Aquilo que foge ao usual sempre chama a atenção. Mas, a mídia trabalha com dados, a mídia trabalha com números, um caso especial. A mídia precisa de um gancho. Pode ser uma notícia negativa ou positiva. Os leitores também querem também boas notícias. O Correio fez uma série de reportagem no começo do ano falando da educação mostrando coisas boas e ruins.

Consuelo Vidal/MP - O Distrito Federal vive um momento peculiar e bastante rico de construção de uma agenda positiva na discussão do ECA. Já existe uma negociação com o Executivo. Também, pela primeira vez, o governo publicou um extrato sobre os gastos com crianças. Foi aprovada uma lei que obriga o governo a publicar um orçamento criança e adolescente e também discutir esse documento com representações da sociedade.

Paloma Oliveto - O interesse é do jornal, que sempre deu importância a esses temas. O que chama a atenção da mídia são as imagens fortes. Por exemplo, o Greenpeace é especialista em mostrar imagens fortes. A imagem deve ser considerada como notícia. A imagem complementa a informação. É importante a figura do “pauteiro”.

Selma/ Conselheira - Já aconteceu de eu chamar uma pessoa da mídia, mas não foi feita a cobertura.

Paloma Oliveto - Nos jornais, quem deve ser procurado é a figura do repórter. É aconselhável perguntar: “Quem cobre o tema x ou y?”. “Gostaria de saber quem é o repórter que cobre o tema da violação dos direitos da criança e do adolescente?”.

Selma/ Conselheira - Os conselheiros olham a questão técnica quando acontece uma violação contra uma criança e um adolescente. O que a mídia olha?

Paloma Oliveto - É sempre importante que as denúncias sejam, sempre que possível, fundamentadas (foto, documento), mas é uma regra do jornalista proteger a identidade da fonte.

5º ENCONTRO - OFICINA DE COMUNICAÇÃO II

No dia 02 de junho, ocorreu a segunda oficina de comunicação. O objetivo era debater, à luz da oficina anterior, a condição da mídia como agente político, seu papel, seus possíveis defeitos e suas qualidades¹⁴.

Tal como foi enfatizado na oficina, é importante lembrar que o direito à comunicação está previsto na “Declaração Universal dos Direitos Humanos data de 1948”. Seu artigo 19 diz:

‘todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independente de fronteiras’.

Na Constituição brasileira, o direito à comunicação e o acesso à informação estão

¹⁴ Jair Barbosa coordenou a discussão.

garantidos no art. 5º.

É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. (...) É assegurado a todos o acesso à informação(...).

MIGUEL (2003) considera a formação da agenda pública (política) como uma das três dimensões da representação política contemporânea¹⁵. Para ele, a dominação dos meios de comunicação é exercida por alguns poucos grupos. Nesse sentido, uma dimensão fundamental da representação atual (a formação a agenda pública) não contempla a opinião ou preferências de grupos despossuídos de poder econômico e, também, de espaços políticos autônomos de construção de seus interesses. Por isso, urge a democratização dos meios de comunicação no Brasil. Ao contrário, a democracia permanecerá presa aos modelos do século XIX e início do século XX.

Na oficina, discutiu-se o quanto a formação da opinião pública (ou da agenda política) é refém de alguns poucos veículos de comunicação. Levantou-se também o lado negativo da mídia quando ela trabalha contra a garantia de direitos de crianças e adolescentes (propagandas de bebidas alcoólicas, programas impróprios, parcialidade, espetacularização da violência etc).

Entre as potencialidades da mídia, levantou-se a possibilidade de rádios comunitárias servirem de apoio ao trabalho dos conselhos tutelares, por exemplo, se houvesse uma rádio específica para esse trabalho.

RESULTADO DO EIXO II:

Uma lista de contatos no Correio Braziliense foi disponibilizada para os conselheiros tutelares e para os demais participantes do curso. Na tabela abaixo, estão listados os contatos.

Quadro 1 - Lista de contatos no Correio Braziliense colocada à disposição dos participantes do II Curso OCA no DF

Nome	Telefone	E-mail
Paloma Oliveto (repórter)	92835934	paloma.oliveto@correioweb.com.br
Ana Beatriz Magno (repórter)	3214 1189/81	ana.beatriz@correioweb.com.br
Ana Dubeux (Diretora Executiva)		ana.dubeux@correioweb.com.br
Érica Montenegro	3214-1172	erica.montenegro@correioweb.com.br
Renato Alves		renato.alves@correioweb.com.br

Ainda que não se possa afirmar que seja um resultado exclusivo do curso, foram registradas três intervenções de participantes em reportagens do Correio Braziliense após a oficina de comunicação. Uma conselheira tutelar foi entrevistada em duas (2) oportunidades e teve fala publicada em edições impressas do jornal. E, no contexto de um debate em comemoração aos 18 anos do ECA, uma promotora também teve fala publicada no site do jornal na internet¹⁶.

¹⁵ As outras duas dimensões são (1) a representação eleitoral tradicional, exercida mediante o voto e (2) os espaços paralelos próprios e independentes de atores da sociedade civil, onde possam construir suas preferências de forma livre dos interesses hegemônicos. Ver MIGUEL, Luis Felipe. *Representação política em 3D: elementos para uma teoria ampliada da representação política* - RBCS. Vol. 18, n° 51, fevereiro, 2003.

¹⁶ A conselheira tutelar Selma Santos foi citada no Correio Braziliense nas edições de 12 de junho e de 12 de julho de 2008; a promotora Fabiana Pinheiro teve fala reproduzida em 16 de julho.

BOX Nº 2 - DIÁLOGO COM JORNALISTA

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, 12 de Junho de 2008

A sala de aula como resposta

PALOMA OLIVETO

DA EQUIPE DO CORREIO



PILOTO - 16 ANOS, PASSOU CINCO MESES FAZENDO ATIVIDADES EXTRA-CLASSE, MAS PREFERIU VOLTAR A GUARDAR CARROS

A conselheira tutelar Selma Aparecida da Costa Santos, que atua em Ceilândia, convive, no dia-a-dia, com o problema. Ela atende famílias em situações vulneráveis e conta que, além da evasão escolar, o trabalho infantil atrapalha o rendimento daqueles que continuam a estudar. Um dos casos mais emblemáticos acompanhados pela conselheira é de uma família de cinco irmãos, com idades entre 10 e 23 anos. As crianças e os jovens vendem doces e vigiam carros na cidade. "Todos estão com escolaridade bem abaixo do esperado", diz Selma. O de 15 frequenta a 3ª série; o de 14 a 2ª, e o de 13 e a de 10 estão na 1ª série.

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, 12 de Julho de 2008



PALOMA OLIVETO

DA EQUIPE DO CORREIO

Dedicação de sobra

Se faltam condições adequadas, sobra dedicação. Com uma média de 600 atendimentos em um ano e meio como conselheira tutelar, Selma, 42 anos, é tratada com carinho pelas pessoas que recebe. Como Tamara, 16 anos, ex-dependente química. "Hoje, eu e a Selma somos amigas. Se trabalho hoje é graças a ela, que me encaminhou para o emprego", diz a adolescente, que conseguiu uma vaga num viveiro de plantas. No caso de Fabiana da Silva Lima, 26 anos, mãe de três crianças com idades entre 7 meses e 3 anos e em situação de pobreza extrema, a conselheira foi atrás da inclusão da família em programas sociais. "Agora, ela tenta colocar minha filha na creche. A Selma é meu anjo da guarda."

Mãe de um jovem de 23 anos, a conselheira conta que a motivação para concorrer ao cargo foi evitar que outras crianças passassem pelo o que ela viveu na infância. Órfã de pai e mãe aos 8 anos, ela e os outros seis irmãos criaram-se sozinhos. Aos 12, saía de Ceilândia todos os dias para trabalhar como doméstica no Plano Piloto. O irmão de 14 anos também ajudava em casa, empacotando compras num supermercado. "Era isso ou comer. Para comer, tinha que trabalhar", conta. "Naquela época, não havia conscientização sobre o trabalho infantil, muito menos fiscalização."

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, 16 de Julho de 2008

Correio Braziliense realiza debate sobre os 18 anos do ECA

Mariana Branco

Para a promotora de Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude do MPDFT Fabiana de Assis Pinheiro, que também participará do seminário *18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente*, a própria existência e a consolidação do ECA devem ser motivo de comemoração antes de tudo. "Temos nele um sistema de garantias, de efetivação de políticas", afirma. A gestora de projetos do Unicef Helena de Oliveira, que vai igualmente compor uma mesa durante o debate, tem a mesma opinião da promotora. "O marco legal em si é uma grande conquista", diz. Ambas também concordam, entretanto, no sentido de que há grandes desafios para o futuro no que diz respeito ao Estatuto.

Fabiana Pinheiro destaca a necessidade de construir uma rede forte de assistência e políticas sociais para a infância e a juventude. "Precisamos tornar o sistema de atendimento previsto no ECA real e acessível. No DF, por exemplo, não temos rede de assistência social, nem de saúde mental, nem de orientação à família que chegue a todos, e isso se repete no país. É cruel ver que em 18 anos avançamos tão pouco nesse sentido", comenta.

(A íntegra da notícia está em http://www.correiobraziliense.com.br/html/sessao_13/2008/07/15/noticia_interna_id_sessao=13&id_noticia=19323/noticia_interna.shtml)

V

EIXO III - ESTRATÉGIAS E PRÁTICA DE INCIDÊNCIA POLÍTICA

O foco principal do projeto estava voltado para estratégias de articulação política¹⁷. O desejo era discutir, planejar e viabilizar articulações políticas visando potencializar a efetividade do OCA¹⁸.

6º E 7º ENCONTROS - OFICINA DE INCIDÊNCIA POLÍTICA

Para responder a pergunta “o que fazer para efetivar o OCA?”, os participantes foram submetidos a exercícios de grupo em que pudessem, a partir das suas próprias experiências e acúmulos, elencar uma lista de prioridades, isto é, de objetivos centrais e secundários para a atuação do grupo. Afinal, esse grupo poderia fazer alguma coisa para ajudar a efetivar o OCA? O que fazer quando o curso terminar? Como o grupo poderia contribuir para ajudar a efetivar os créditos previstos para o público infanto-juvenil no orçamento do DF?

Em dois encontros, nos dias 12 de maio e 19 de maio, os participantes elencaram uma lista de objetivos e, respectivamente, suas estratégias. A idéia é que o grupo, ao final, do curso buscasse articular estrategicamente uma forma de contribuir positivamente para a execução orçamentária do orçamento destinado ao público infanto-juvenil.

Ao final, um objetivo foi escolhido como tema para ser trabalho no exercício prático previsto na programação do curso. O objetivo eleito foi “viabilizar a transparência das informações orçamentárias no DF”.

A transparência orçamentária é o primeiro passo para se saber quanto está sendo gasto (ou não) nas políticas públicas. A despeito de haver informações disponíveis no site do GDF, é imprescindível uma melhor disponibilização dessas informações. É necessário o uso de tecnologias mais modernas (o mínimo de interatividade) e uma apresentação amigável ao público não-especialista¹⁹. O aperfeiçoamento da transparência orçamentária, se concretizado, proporcionará melhores condições para uma avaliação quantitativa e qualitativa da ação governamental.

Nos “Boxes” 3, 4, 5 e 6 estão sistematizados os principais resultados das duas primeiras oficinas de “incidência política”.

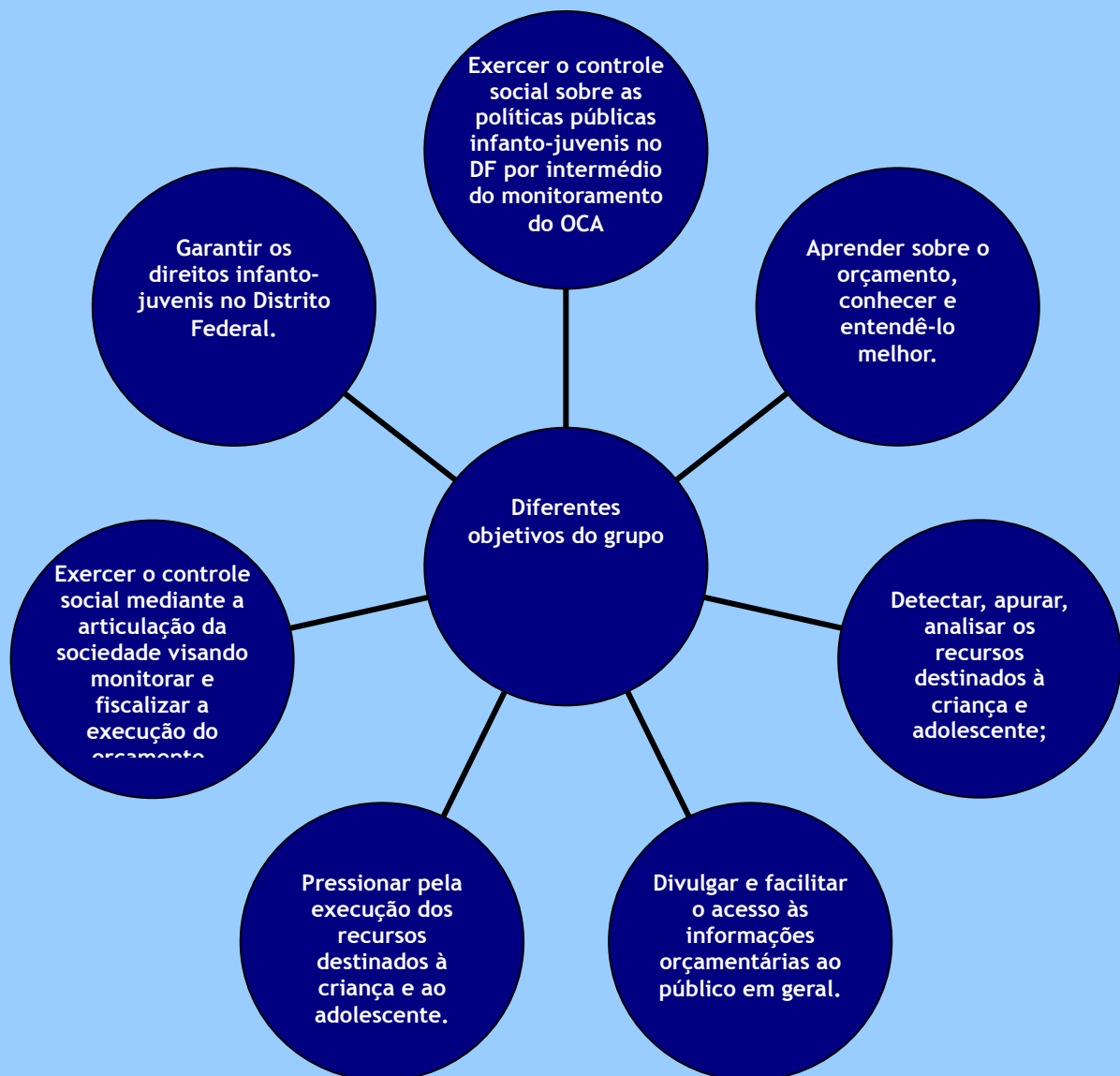
¹⁷ As duas primeiras oficinas de incidência política antecederam os dois encontros em que o tema era a mídia. Dado que ocorreram mais reuniões de articulação política do que se previa na programação, optou-se por um registro reunido no eixo de incidência política.

¹⁸ A primeira e a segunda oficina de incidência política foram coordenadas por Eliana Magalhães Graça, assessora de política fiscal e orçamentária do Inesc. Nessa oportunidade, por meio de exercícios de grupo, os participantes construíram uma metodologia para sua intervenção na realidade do Distrito Federal.

¹⁹ Novamente vale citar o exemplo do Siga Brasil, do Senado Federal.

BOX Nº 3 - QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DESTES GRUPO?

1. Garantir os direitos infanto-juvenis no Distrito Federal;
2. Exercer o controle social sobre as políticas públicas infanto-juvenis no DF por intermédio do monitoramento do OCA;
3. Aprender sobre o orçamento, conhecer e entendê-lo melhor;
4. Detectar, apurar, analisar os recursos destinados à criança e adolescente;
5. Divulgar e facilitar o acesso às informações orçamentárias ao público em geral;
6. Pressionar pela execução dos recursos destinados à criança e ao adolescente;
7. Exercer o controle social mediante a articulação da sociedade visando monitorar e fiscalizar a execução do orçamento, inclusive, *na comunidade*;



BOX Nº 4 - O QUE O GRUPO JÁ FAZ PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS ACIMA?

1. Aplica de medidas de proteção à criança e ao adolescente
2. Aconselha e oriente os pais e os responsáveis acerca dos seus deveres para com as crianças e adolescentes;
3. Mobiliza a rede de atendimento à criança e ao adolescente;
4. Divulga os incentivos fiscais do fundo no DF;
5. Elabora projetos para equipar os CDCA;
6. Fornece apoio técnico aos CDCA;
7. Acompanha e fiscaliza a aplicação dos recursos relacionados ao Fundo (FDDCA);
8. Fiscaliza a garantia e previne a violação de direitos da criança e do adolescente;
9. Sensibiliza, mobiliza e forma jovens para a educação ambiental;
10. Articula politicamente;
11. Aciona o sistema judicial;
12. Requisita serviços públicos na área da educação, saúde e segurança;
13. Acompanha medidas aplicadas;
14. Fiscaliza entidades que trabalham diretamente com criança e ao adolescente.
15. Fomenta a discussão sobre o monitoramento do OCA;
16. Articula parceiros para o acompanhamento das leis orçamentárias.
17. Articula a Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente do DF (Recria-DF);
18. Assessora o poder público na formulação de Políticas voltadas para crianças e adolescentes;



BOX Nº 5 - QUAIS SÃO AS ESTRATÉGIAS NECESSÁRIAS PARA ALCANÇAR O OBJETIVO CENTRAL DO GRUPO?

1. Criar a comissão de incidência no ciclo orçamentária do OCA (elaboração, execução, avaliação e revisão);
2. Criar comissão da Lei 4.086/08 e articular para compor comissão com integrantes desse curso;
3. Articular para que o CDCA-DF seja o espaço político privilegiado de monitoramento do orçamento (comissão de orçamento);
4. Trazer experiências dos estados/municípios para o DF.
5. Criar comissão dos conselhos tutelares para assessorar o Executivo na questão orçamentária, em especial no OCA;
6. Divulgar o orçamento na sociedade e nas bases;
7. Pressionar e construir alianças pela transparência e o acesso às informações orçamentárias no Distrito Federal;
8. Capacitar o grupo de forma sistemática e contínua.



BOX Nº 6 - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

	Grupo 1	Grupo 2
Objetivo Central	Exercer o controle social sobre as políticas infanto-juvenil no DF por intermédio do monitoramento do OCA.	Exercer o controle social sobre as políticas infanto-juvenil no DF por intermédio do monitoramento do OCA.
Objetivo Secundário	Pressionar pela execução dos recursos destinados à criança e ao adolescente.	Pressionar e construir alianças pela transparência e o acesso às informações orçamentárias no DF.
Estratégia Principal	1) Criar comissão de incidência no ciclo orçamentário do OCA, previsto na Lei 4.086/08 (articular para haja integrantes desse curso); 2) Capacitar a comissão de forma sistemática e contínua.	Criar comissão de articulação para monitoramento do OCA, privilegiando o CDCA/DF como espaço político de incidência no tema orçamentário.

Portanto, definido que a atividade de articulação política a promoção da transparência orçamentária no DF, em reunião no dia 02 de junho, então, foi possível definir os encaminhamentos para a atividade prática prevista na programação do curso. Esses encaminhamentos estão apresentadas no “box” 7.²⁰

²⁰ Como é possível perceber, esses encaminhamentos ocorreram no mesmo dia da 2ª oficina de comunicação. Portanto, só estão sendo pontuados aqui por uma questão de coerência temática, já que fazem parte do exercício de incidência política, isto é, do eixo 3 do relatório.

8º E 9º ENCONTROS - ATIVIDADES PRÁTICAS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

No dia 18 de junho, estiveram reunidos na sede da *Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente* conselheiros tutelares, membros e servidores do Ministério Público, consultores de carreira do Senado Federal e representações de organizações da sociedade civil. O objetivo deste encontro foi conhecer experiência dos consultores do Senado Federal na disponibilização de informações orçamentárias no âmbito federal.

Foi socializada a experiência do *Siga Brasil*, portal de informações orçamentárias do Senado Federal, fruto do trabalho de consultores daquela Casa. O *Siga Brasil* mostrou-se uma ferramenta estratégica para o monitoramento dos recursos executados pelo governo federal no Distrito Federal ou transferidos para o governo local.

Os participantes decidiram por uma nova reunião. Desta vez, além dos demais presentes acima, foram convidados servidores de carreira da *Secretaria de Planejamento do Distrito Federal*, da *Secretaria de Fazenda do Distrito Federal* e da *Câmara Legislativa do Distrito Federal*.

Esse encontro ocorreu no dia 08 de julho. O tema central da pauta foi a **transparência das informações orçamentárias no governo federal e no Distrito Federal**. A reunião começou com uma exposição do consultor do Senado Federal sobre a experiência que é o programa Siga. Estavam presentes o Subsecretario de Planejamento do GDF, uma servidora da Secretaria de Fazenda, consultores da CLDF, membros do Ministério Público e conselheiros tutelares.

Orlando Neto, consultor do Senado, relatou como se deu a construção do Siga e o papel decisivo exercido pelos técnicos do Senado. Mencionou que há um termo de parceria esperando assinatura do Presidente do Senado para que se iniciem contatos com os Estados e municípios. A parceria visa que os últimos disponibilizem seus dados para a população por meio do Siga Brasil.

Foi discutida a situação e as perspectivas sobre o acesso às informações orçamentárias no Distrito Federal. Os consultores da CLDF mostraram-se interessados em contribuir para melhorar a transparência no DF. Porém, não acreditam que a CLDF investirá num sistema como o Siga em razão do preço elevado do *software*. A mesma interpretação parece ter tido o subsecretário de orçamento em relação ao Executivo. Ou seja, um sistema como o Siga Brasil seria caro.

No curto prazo, o avanço pode estar na possível parceria entre Estados e municípios e o Senado Federal. Assim, a depender da vontade política, será possível disponibilizar dados orçamentários de outras unidades da federação no Siga Brasil.

BOX Nº 8 – ENCAMINHAMENTOS FINAIS

1. Acompanhar o andamento da autorização da parceria no Senado;
2. Assim que assinada a autorização para viabilizar a parceria, o passo seguinte será marcar uma reunião com atores que estão em posições políticas no governo do DF;
3. Articular um momento público para assinatura dessa parceria. Se possível, articular para que a imprensa faça a cobertura da assinatura desta possível parceria entre Senado e GDF. Para este momento, vamos convidar o público os participantes das oficinas, inclusive, aqueles que estiveram esporadicamente no curso.
4. Encontro de avaliação de todo o processo no dia 28 de julho. Para subsidiar as discussões, será encaminhado um relatório em versão preliminar.

10º ENCONTRO - DISCUSSÃO DO RELATÓRIO E AVALIAÇÃO DO CURSO

No dia 28 de julho, aconteceu o último encontro do II curso OCA DF. Estavam na pauta a avaliação do curso e a definição de estratégias para o futuro.

Após breve exposição do relatório do curso, o grupo fez sugestões de incorporação ao texto e o aprovou.

Adicionalmente, deliberou-se pela criação de um “grupo de monitoramento do OCA DF”. A PJDIJ-DF foi eleita antecipadamente como secretaria executiva. A estrutura do grupo, seus componentes, sua coordenação e agenda de trabalho serão decisões tomadas quando da primeira reunião do grupo, no final do mês de agosto. Será enviado um convite amplo a outros atores para que façam parte da iniciativa.

RESULTADO DO EIXO III:

Os principais resultados do eixo III, “estratégias e prática de incidência política”, são as próprias estratégias definidas pelo grupo e as articulações que foram construídas. Nesse sentido, destaca-se a criação do “grupo de monitoramento do OCA-DF”.

Ressalta-se que esse eixo assumiu um caráter de processo. O próprio exercício de articulação política desdobrou-se em diversas etapas. Também exigiu certa flexibilidade, por exemplo, alterações no cronograma e na ordem e execução de estratégias. Inclusive, o exercício prático extrapolou o prazo formal previsto para o projeto.

Por último, a previsão é que as atividades e estratégias construídas durante o curso sirvam de subsídio para elaboração do plano de trabalho do “grupo de monitoramento do OCA-DF”.

ⁱ Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD)

Planilha1

ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE – OCA EXCLUSIVO NA LOA 2008 DO DF – ATÉ 04 DE ABRIL

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa- QDD www.districtofederal.df.gov.br

Função.Subfunção.Programa.Ação.Subtítulo	Subtítulo Localizador	Verde	Amarelo	Vermelho
		Siga em Frente	Alerta	Pare
		Autorizado (Lei + créditos adicionais)	Liquidado	% Execução
08.243.2403.2815.7737	APOIO FINANCEIRO À ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA LEGIÃO DA BOA VONTADE - LBV EP	150.000	0	0,00%
15.451.0084.1110.6959	REFORMA DE PARQUES INFANTIS NOS SETORES LESTE E OESTE DO GAMA	150.000	0	0,00%
15.451.0084.1110.7253	REFORMA DO PARQUE INFANTIL DA PRAÇA LOURIVAL BANDEIRA CINE ITAPOA E PARQUE INFANTIL DA PRAÇA CASTELINHO EP	150.000	0	0,00%
15.451.0300.1951.6250	CONSTRUÇÃO DE CRECHES COMUNITÁRIAS NO GAMA	104.105	0	0,00%
08.244.0169.1951.7397	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NA AE 01 SETOR SUL DO GAMA EP	5.067.869	246.332	4,86%
12.242.0164.3273.7562	PROMOÇÃO DE BENFEITORIAS DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE BRAZLÂNDIA EP	50.000	0	0,00%
12.366.2403.6199.7797	APOIO AO PROJETO ESPORTIVO DA BRIGADA MIRIM DE BRAZLANDIA EP	100.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.7267	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA ALLAN KARDEC, INSTITUTO JERÔNIMO COUTINHO EP	100.000	0	0,00%
08.243.1462.6358.7077	APOIO À ASSOCIAÇÃO SERRANA DE FUTEBOL INFANTIL - ASFI - SOBRADINHO EP	80	0	0,00%
08.244.0169.1951.7136	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NA VILA RABELO II EP	70.000	0	0,00%
15.451.0164.3272.3422	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO EM PLANALTIMA EPP	6.160	0	0,00%
2.244.0169.1951.7491	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NA QNR 01 NA CEILÂNDIA NORTE EP	230.000	0	0,00%
12.367.0164.3273.7488	REFORMA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 1 DA CEILANDIA EP	100.000	0	0,00%
13.392.1300.2007.7513	APOIO AO EVENTO CRIANÇA e O SHOW EM CEILÂNDIA EP	250.000	0	0,00%
14.244.0169.1951.7764	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA LOCALIZADA ENTRE OS CONJUNTOS C E D DA QNO 20 - ÁREA ESPECIAL - CEILANDIA EP	50.000	0	0,00%
15.451.0084.1110.7247	CONSTRUÇÃO PARQUE INFANTIL NA QNP 18 EP	50.000	0	0,00%
15.452.0169.1951.6504	CONSTRUÇÃO DE CRECHES COMUNITÁRIAS NA CEILÂNDIA EPP	71.605	0	0,00%
15.452.0169.1951.7660	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NO CONDOMÍNIO SOL NASCENTE - EP	100.000	0	0,00%
08.243.2403.2815.3386	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA EM CEILÂNDIA EPP	6.900	0	0,00%
15.451.0084.1110.7288	REFORMA DO PARQUE INFANTIL DA FEIRA DO GUARÁ EP	100.000	0	0,00%
27.813.4000.9073.7468	CONSTRUÇÃO DO PARQUE INFANTIL NO FINAL DO CONJUNTO C, DA QE-24, DO GUARÁ II EP	30.000	0	0,00%
12.365.0164.3277.7564	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE SAMAMBAIA EP	200	0	0,00%
08.244.0169.5065.0001	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA EM SAMAMBAIA EPP	1.025	0	0,00%
8.244.0169.5065.7320	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NAS QUADRAS 200 DE SAMAMBAIA EP	30.000	0	0,00%
08.244.0169.5058.0001	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA EM SANTA MARIA EPP	4.665.439	365.457	7,83%
08.243.0169.3246.7867	CONSTRUÇÃO DE BRINQUEDOTECA NO RECANTO DAS EMAS EP	150.000	0	0,00%
15.451.0169.1951.7454	CONSTRUÇÃO DE CRECHES COMUNITÁRIAS NA CANDANGOLÂNDIA EP	120.000	0	0,00%
08.244.0169.1951.6672	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NO PARK WAY	4.105	0	0,00%
12.367.2100.6320.0001	CAPACITAÇÃO DO ADOLESCENTE PARA O PRIMEIRO EMPREGO EPP	1.953	0	0,00%
15.451.0169.1951.7197	CONSTRUÇÃO DE CRECHES COMUNITÁRIAS EM PLANALTIMA EP	100.000	0	0,00%
15.452.0169.1951.7559	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA CEILANDIA SUL EP	8.665.000	0	0,00%
15.452.0169.1951.7865	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA EM CEILÂNDIA NORTE EP	13.765.000	0	0,00%
27.813.1300.5463.7598	REALIZAÇÃO DA GRANDE FESTA DA CRIANÇA DA - LEI 3017/2002. EP	300.000	0	0,00%
08.243.2403.4007.0001	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SOCIAIS PARA CRIANÇAS DE BAIXA RENDA	100.000	0	0,00%
08.243.2403.4007.7551	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CRIANÇA ESPERANÇA EP	200.000	0	0,00%
08.244.0138.2856.0003	PROGRAMA RENDA MINHA	60.282.437	11.091.028	18,40%
08.244.0169.2094.7084	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA EM ITAPOÁ EP	0	0	-
08.244.0169.2094.7522	APOIANDO A MANUTENÇÃO DA CRECHE CASA DO PEQUENO POLEGAR EP	100.000	0	0,00%
08.392.2403.2815.7439	APOIO A INSTITUIÇÃO CASA DO MENINO JESUS - OBRAS DAS FILHAS DO AMOR DE JESUS CRISTO EP	150.000	0	0,00%
04.122.0100.5170.0003	GESTÃO DESCENTRALIZADA DO BOLSA FAMÍLIA IGD	680.000	0	0,00%
08.242.2409.2277.7605	AUXÍLIO à APAED - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS E DEFICIENTES MENTAIS DE CEILÂNDIA E TAGUATINGA EP	90.000	0	0,00%
08.243.1461.6357.0002	AÇÕES DE ATENÇÃO À INFÂNCIA EM REDE CONVENIADA	12.555.608	2.571.743	20,48%

Planilha1

08.243.1461.6357.0003	AÇÕES DE ATENÇÃO À INFÂNCIA EM LARES DE CUIDADOS DIURNOS - LCD	345.155	67.000	19,41%
08.243.1461.6357.733	7 MANUTENÇÃO DE CRECHE NO SETOR M-NORTE DE TAGUATINGA EP	80.000	0	0,00%
08.243.1461.6359.0001	AÇÕES DE ATENÇÃO À ADOLESCÊNCIA NO PROJETO AGENTE JOVEM - JORNADA	1.025.835	25.220	2,46%
08.243.1461.6362.0001	AÇÕES DE ATENÇÃO À ADOLESCÊNCIA NO PROJETO AGENTE JOVEM - BOLSA	850.009	63.705	7,49%
08.243.1462.6352.0005	ATENDIMENTO INTEGRAL INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - ABRIGO EM CASAS LARES	533.260	5.000	0,94%
08.243.1462.6352.0006	ATENDIMENTO DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO EM CASA DE PASSAGEM	31.713	596	1,88%
08.243.1462.6352.0012	ATENDIMENTO DE CRIANÇAS EM FAMÍLIA ACOLHEDORA	41.416	0	0,00%
08.243.1462.6352.7203	APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DO CENTRO DE REINTEGRAÇÃO DEUS PROVERÁ EM PLANALTIMA EP	90.000	0	0,00%
08.243.1462.6353.0003	ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ABRIGOS DA REDE CONVENIADA	1.231.302	130.241	10,58%
08.243.1462.6355.0001	ATENÇÃO INTEGRAL, ESPECIALIZADA E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL - SENTINELA	309.039	4.980	1,61%
08.243.1462.6358.0001	AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL - JORNADA AMPLIADA	2.983.966	0	0,00%
08.243.1462.6363.0001	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL	2.310.595	0	0,00%
08.243.2403.2815.7604	MANUTENÇÃO DA CRECHE RAI DE SOL EM CEILÂNDIA EP	80.000	0	0,00%
08.243.2403.2815.7606	MANUTENÇÃO DA AFMA - Ação SOCIAL COMUNITÁRIA EM SAMAMBAIA EP	100.000	0	0,00%
08.243.2403.2815.7607	AUXÍLIO à ENTIDADE OBRA DAS FILHAS DO AMOR DE JESUS CRISTO NO GAMA EP	309.039	4.980	1,61%
08.243.2403.2815.7608	MANUTENÇÃO DO PROJETO ESCOLA SÓCIO-EDUCATIVO SANTA LUZIA EM SAMAMBAIA EP	90.000	0	0,00%
08.243.2403.2815.7611	MANUTENÇÃO DA CRECHE OS PEQUENINOS DE CRISTO - INSTITUTO ABRE NA CEILÂNDIA EP	80.000	0	0,00%
08.244.0142.1173.0003	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE DOS MENINOS	426.122	0	0,00%
08.244.1461.6357.0001	AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DE APOIO À FAMÍLIA DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS - ASEF - REDE CONVENIADA	413.821	23.290	5,63%
08.244.1461.6361.0002	CONCESSÃO DE AUXÍLIO NATALIDADE	994.060	0	0,00%
12.122.2100.2387.0001	PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDRF	18.151.729	0	0,00%
12.126.0071.3858.0001	INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR	17.121.196	2.977.295	17,39%
12.303.0138.6309.0001	DISTRIBUIÇÃO DE KIT DE HIGIENE BUCAL PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL EPP	194	0	0,00%
12.361.0100.8502.6977	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	37.606.216	813.672	2,16%
12.361.0138.2160.0001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	1.418.881	31.680	2,23%
12.361.0138.2396.0001	VISITADOR ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	2.750.000	0	0,00%
12.361.0138.2846.0002	DENTISTA NA ESCOLA	9.770.249	0	0,00%
12.361.0138.2856.0001	PROGRAMA RENDA MINHA	8.793.223	0	0,00%
12.361.0138.2964.0001	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL EPP	38.057.804	5.943.335	15,62%
12.361.0138.3632.0001	PROGRAMA INTEGRADO DE SAÚDE ESCOLAR - PISE	1.400.000	0	0,00%
12.361.0138.4976.0002	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	6.570.920	190.203	2,89%
12.361.0142.2389.0001	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	62.319.710	4.671.975	7,50%
12.361.0142.2389.0003	ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - ESCOLA MÓDELO	4.000.000	0	0,00%
12.361.0142.2389.7051	AQUISIÇÃO DE QUADROS BRANCOS DE FÓRMICA PARA SUBSTITUIÇÃO DOS QUADROS DE GIZ DA REDE PÚBLICA DE ENSINO. EP	50.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.0031	REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	83.383	0	0,00%
12.361.0164.3276.1292	REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA CLASSE JATÁI - SÃO SEBASTIÃO	884.600	0	0,00%
12.361.0164.3276.1295	REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA CLASSE SANTA HELENA - SOBRADINHO	245.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.1307	REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA CLASSE PONTE ALTA DO NORTE - GAMA	0	0	-
12.361.0164.3276.1316	REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA CLASSE CÔRREGO DO BARREIRO - GAMA	169.400	0	0,00%
12.361.0164.3276.1320	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE VICENTE PIRES - TAGUATINGA	448.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.1323	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE AREAL - ÁGUAS CLARAS	0	0	-
12.361.0164.3276.1326	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE 01 - CANDANGOLÂNDIA	300.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.3669	REFORMA GERAL DOS CAICS	289	0	0,00%
12.361.0164.3276.3670	REFORMA GERAL DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL CASEB - PLANO PILOTO	1.388.400	0	0,00%
12.361.0164.3276.3671	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE 29 - TAGUATINGA	700.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.3672	REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA CLASSE CURRALINHO - BRAZLÂNDIA	0	0	-
12.361.0164.3276.3673	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE 07 - SOBRADINHO	544.600	0	0,00%
12.361.0164.3276.3674	REFORMA PARCIAL MURO ESCOLA CLASSE 65 - CEILÂNDIA	100.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.3675	REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA CLASSE ARNIQUEIRA - ÁGUAS CLARAS	0	0	-
12.361.0164.3276.7058	COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES DO CEF SÃO JOSÉ DE SÃO SEBASTIÃO EP	150.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.7060	COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES DO CEF DO COLÉGIO CERÂMICA SÃO PAULO EM SÃO SEBASTIÃO EP	150.000	0	0,00%

Planilha1

12.361.0164.3276.7550	REF. E MELHORIAS DE TODAS AS ESCOLAS ENS. FUNDAMENTAL PLANALTINA EP	680.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.7641	REFORMA GERAL DA ESCOLA " JATAI", NO LOTEAMENTO RURAL BARREIROS - ENTRE O KM 10 E 13 DA DF 140 – REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV. EP	70.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.7690	AMPLIAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL NA FERCAL (EP)	100.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.7703	COBERTURA DE QUADRAS POLESPORTIVAS CENTRO EDUCACIONAL 02 - CRUZEIRO (EP)	75.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.7704	COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA CLASSE 18 - TAGUATINGA (EP)	75.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.7705	COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA CENTRO EDUCACIONAL 11 - P NORTE (EP)	75.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.7706	COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 1 - PLANALTINA (EP)	75.000	0	0,00%
12.361.0164.5924.0001	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (EPP)	572.456	100.000	17,47%
12.361.0164.5924.1176	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL NO SETOR CENTRAL - SANTA MARIA	807.999	0	0,00%
12.361.0164.5924.1180	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL - ÁGUAS CLARAS	0	0	-
12.361.0164.5924.1183	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA CLASSE CÔRREGO DA ONÇA - NÚCLEO BANDEIRANTE	660.000	0	0,00%
12.361.0164.5924.1185	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA CLASSE NA ESTRUTURAL - SCIA	1.584.147	616.058	38,89%
12.361.0164.5924.3673	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA CLASSE TRÊS CONQUISTAS - PARANOÁ	0	0	-
12.361.0164.5924.3674	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL - CEILÂNDIA	0	0	-
12.361.0164.5924.3675	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA CLASSE NA EXPANSÃO DA VILA SÃO JOSÉ - BRAZLÂNDIA	0	0	-
12.361.0164.5924.3676	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA CLASSE NOVA COLINA - SOBRADINHO	2.580.000	0	0,00%
12.361.0164.5924.3677	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA CLASSE NO CONDOMÍNIO BURITIS - RECANTO DAS EMAS	1.000.000	0	0,00%
12.362.0100.8502.0038	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	51.341.667	224.080	0,44%
12.362.0138.2160.0002	GERAÇÃO CAMPEÁ	146.550	0	0,00%
12.362.0142.2390.0001	MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	16.597.238	185.912	1,12%
12.362.0142.2390.7052	AQUISIÇÃO DE QUADRO BRANCO EM FÓRMICA PARA PINCEL PARA SUBSTITUIÇÃO DOS QUADROS DE GIZ EM TODA REDE DE ENSINO	20.000	0	0,00%
12.362.0164.1888.0001	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	133.612	0	0,00%
12.362.0164.1888.0024	REFORMA GERAL DO CENTRO EDUCACIONAL 04 - GUARÁ	100.707	0	0,00%
12.362.0164.1888.7504	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL EM PLANALTINA (EP)	200.000	0	0,00%
12.362.0164.1888.7549	REF. E MELHORIA DE TODAS ESCOLAS ENSINO MÉDIO PLANALTINA (EP)	120.000	0	0,00%
12.362.0164.1888.7702	CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES DA ESCOLA CLASSE N. 5 NO GUARÁ (EP)	30.000	0	0,00%
12.362.0164.1888.7718	CONSTRUÇÃO AUDITÓRIO CENTRO ENSINO MEDIO ASA NORTE (CEAN) (EP)	100.000	0	0,00%
12.362.0164.3272.0001	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	692.855	310.855	44,87%
12.362.0164.3272.0002	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO MÉDIO NO BAIRRO SÃO FRANCISCO - SÃO SEBASTIÃO	5.387.912	0	0,00%
12.362.0164.3272.7182	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO MÉDIO NO BURITIS II, IV, VALE DO AMANHECER, ARAPOANGA, NÚCLEO RURAL SÃO JOSÉ EM PLANALTINA. (EP)	50.000	0	0,00%
12.362.0164.3272.7275	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO NA QN0 16/17, EXPANSÃO DO SETOR O (EP)	100.000	0	0,00%
12.362.0164.3272.7681	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO DO RIACHO FUNDO II NA QC 06 (EP)	100.000	0	0,00%
12.362.0164.3276.7505	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL EM PLANALTINA (EP)	200.000	0	0,00%
12.362.0164.5080.0001	REFORMA DAS QUADRAS NO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 3 E 4 DA CEILÂNDIA (EPP)	101.025	0	0,00%
12.362.0164.5132.0001	(*) REFORMA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 1 DO GAMA (EPP)	201.025	0	0,00%
12.362.0164.5151.0001	CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIO, QUADRA POLIESPORTIVA E BIBLIOTECA - CENTRO DE ENSINO MÉDIO 6 (CENTRÃO) - CEILÂNDIA	1.025	0	0,00%
12.362.0164.5151.7281	CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIO DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 10 DE CEILÂNDIA. (EP)	100.000	0	0,00%
12.365.0100.8502.0040	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	11.761.340	0	0,00%
12.365.0138.2964.0003	(*) ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL (EPP)	345.941	123.173	35,61%
12.365.0142.2388.0001	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	11.118.296	865.489	7,78%
12.365.0164.3271.0019	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	302.183	0	0,00%
12.365.0164.3271.0724	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA 201 - SÃO SEBASTIÃO	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.0725	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA AR 14/15 - SOBRADINHO II	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.0731	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA NA QS 11 - ÁGUAS CLARAS	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.3500	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - BRAZLÂNDIA	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.3501	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA NA ESTRUTURAL - SCIA	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.3502	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - ITAPOÁ	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.7853	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES INFANTIL DA REDE PÚBLICA (CRECHES) (EP)	5.000.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.7883	CONSTRUÇÃO DE 05 UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHES (EP)	11.118.296	865.489	7,78%
12.365.0164.3271.0019	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	302.183	0	0,00%
12.365.0164.3271.0724	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA 201 - SÃO SEBASTIÃO	2.200.000	0	0,00%

Planilha1

12.365.0164.3271.0725	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA AR 14/15 - SOBRADINHO II	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.0728	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA NA QD 310 - RECANTO DAS EMAS	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.0731	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA NA QS 11 - ÁGUAS CLARAS	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.3500	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - BRAZLÂNDIA	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.3501	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA NA ESTRUTURAL - SCIA	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.3502	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - ITAPOÁ	2.200.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.7853	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES INFANTIL DA REDE PÚBLICA (CRECHES) (EP)	5.000.000	0	0,00%
12.365.0164.3271.7883	CONSTRUÇÃO DE 05 UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHES (EP)	1.510.915	0	0,00%
12.365.0164.3277.0001	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	94.153	0	0,00%
12.367.0100.8502.6976	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	5.279.976	0	0,00%
12.367.0140.3773.0001	IGUALDADE NAS DIFERENÇAS	123.354	108	0,09%
12.367.0142.2393.0001	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	2.356.603	96.000	4,07%
12.367.0164.3273.0001	(*) REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (EPP)	127.783	111.182	87,01%
12.422.1452.6306.0001	(*) APOIO A ATIVIDADES EDUCACIONAIS DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR (EPP)	9.769	0	0,00%
27.811.4000.9073.7823	JOGOS ESJCOLARES DO DISTRITO FEDERAL - DIDESC (EP)	150.000	0	0,00%
12.361.0100.8502.0015	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERA	627.716.637	252.460.557	40,22%
12.361.0138.4976.0001	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	17.586.447	1.413.989	8,04%
12.361.0142.2389.0002	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	85.867.570	2.644.955	3,08%
12.361.0164.1888.7840	CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DAS QUADRAS DE ESPORTE DA ESCOLA CLASSE DO VARJÃO (EP)	30.000	0	0,00%
12.361.0164.3276.0001	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	93.948	0	0,00%
12.361.0164.3276.0006	REFORMA GERAL DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 12 - GAMA	531.657	0	0,00%
12.361.0164.3276.0012	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE INCRA 09 - BRAZLÂNDIA	1.295.897	0	0,00%
12.361.0164.3276.1269	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE 48 - CEILÂNDIA	0	0	-
12.361.0164.3276.1278	REFORMA GERAL DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL RODEADOR - BRAZLÂNDIA	0	0	-
12.361.0164.3276.1328	REFORMA GERAL DO CENTRO EDUCACIONAL PAD/DF - PARANOÁ	0	0	-
12.361.0164.3276.3676	REFORMA GERAL COM AMPLIAÇÃO DA ESCOLA CLASSE MORRO DO SANSÃO - SOBRADINHO	348.225	0	0,00%
12.361.0164.3276.3678	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE 403 - SAMAMBAIA	1.345.060	0	0,00%
12.361.0164.3276.3680	REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA CLASSE 203 - SANTA MARIA	0	0	-
12.361.0164.3276.3683	REFORMA PARCIAL DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 416 - SANTA MARIA	0	0	-
12.361.0164.3276.3685	RECONSTRUÇÃO DA ESCOLA CLASSE CERÂMICA DA BÊNÇÃO - SÃO SEBASTIÃO	0	0	-
12.361.0164.3276.3686	RECONSTRUÇÃO DA ESCOLA CLASSE 401 - RECANTO DAS EMAS	1.189.814	0	0,00%
12.361.0164.3276.3687	REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA CLASSE AGROVILA II - RIACHO FUNDO I	0	0	-
12.361.0164.3276.3688	REFORMA GERAL DA ESCOLA CLASSE 19 - TAGUATINGA	337.804	0	0,00%
12.361.0164.3276.3689	REFORMA PARCIAL DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL METROPOLITANA - NÚCLEO BANDEIRANTE	0	0	-
12.361.0164.3276.7242	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO COLEGIO D PEDRO II (EP)	0	0	-
12.361.0164.3276.7802	RECONSTRUÇÃO DA ESCOLA CLASSE 63 DO CONDOMÍNIO PRIVE (EP)	50.000	0	0,00%
12.361.0164.5134.7224	REFORMA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 1 DO GAMA (EP)	200.000	0	0,00%
12.361.0164.5924.0009	(*) CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (EPP)	1.293.997	408.065	31,54%
12.361.0164.5924.3678	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL - SAMAMBAIA	73.698	0	0,00%
12.361.0164.5924.3679	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 507 - RECANTO DAS EMAS	129.440	0	0,00%
12.361.0164.5924.3680	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL - RIACHO FUNDO II	1.129.440	0	0,00%
12.361.0164.5924.3681	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL - ITAPOÁ	1.067.834	0	0,00%
12.361.0164.5924.7815	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL PARA O SETOR HABITACIONAL AGUA QUENTE (EP)	50.000	0	0,00%
12.361.0164.5924.7825	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL EM SOBRADINHO II (EP)	50.000	0	0,00%
12.362.0100.8502.6978	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	38.988.216	0	0,00%
12.362.0142.2390.3115	MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO - FUNDEB	6.166.000	1.096.798	17,79%
12.362.0164.1888.3678	REFORMA PARCIAL DO CENTRO EDUCACIONAL 07 - TAGUATINGA	0	0	-
12.362.0164.1888.3679	REFORMA GERAL DO CENTRO EDUCACIONAL 01 - GUARÁ	0	0	-
12.362.0164.1888.3680	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	135.018	0	0,00%
12.362.0164.1888.3681	REFORMA PARCIAL DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 03 - TAGUATINGA	0	0	-
12.362.0164.3272.3420	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO MÉDIO QN-09 - RIACHO FUNDO I	0	0	-

Planilha1

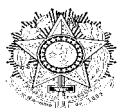
12.362.0164.3272.3421	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO MÉDIO QROA - CANDANGOLÂNDIA	751.591	0	0,00%
12.362.0164.5073.7225	REFORMA DO CENTRO DE ENSINO MEDIO 2 DO GAMA (EP)	0	0	-
12.365.0100.8502.6980	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	15.244.464	0	0,00%
12.365.0142.2388.0002	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB	10.797.671	1.196.407	11,08%
12.365.0164.3271.3503	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - PLANALTINA	0	0	-
12.365.0164.3271.3504	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - PARANOÁ	872.749	0	0,00%
12.365.0164.3271.3505	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - GUARÁ	0	0	-
12.365.0164.3271.3506	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - CRUZEIRO	0	0	-
12.365.0164.3271.3507	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - SAMAMBAIA	872.749	0	0,00%
12.365.0164.3271.3508	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - SANTA MARIA	872.749	0	0,00%
12.365.0164.3271.3509	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA BOSQUE - SÃO SEBASTIÃO	872.749	0	0,00%
12.365.0164.3271.3510	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - RIACHO FUNDO I	872.749	0	0,00%
12.365.0164.3271.3511	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - RIACHO FUNDO II	872.749	0	0,00%
12.365.0164.3271.3512	CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA - VARJÃO	872.749	0	0,00%
12.365.0164.3277.0007	REFORMA PARCIAL MURO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL 210 - SANTA MARIA	32.855	0	0,00%
12.365.0164.3277.0008	REFORMA PARCIAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL 01 - NÚCLEO BANDEIRANTE	17.968	0	0,00%
12.367.0100.8502.6981	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	2.423.201	0	0,00%
12.367.0164.3273.3336	REFORMA GERAL DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 - PLANALTINA	828.608.531	259.220.770	31,28%
15.451.0084.1110.7081	PAVIMENTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO DO CONS. TUTELAR QD. 27 LTS 06 E 07 - SET. TRADICIONAL (EP)	30.000	0	0,00%
15.451.0084.1110.7616	REFORMA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL Nº 01 DA PLANALTO - VILA PLANALTO - DF (EP)	150.000	0	0,00%
15.451.0169.1951.0042	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NO RECANTO DAS EMAS - PRÓ-MORADIA CEF	12.320	0	0,00%
15.451.0169.1951.6671	CONSTRUÇÃO DE CRECHES COMUNITÁRIAS NO DISTRITO FEDERAL (EPP)	61.605	0	0,00%
15.451.0169.1951.7319	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NO RIACHO FUNDO II LOCALIZADA NAS QUADRAS QN 18 A 28 (EP)	60.000	0	0,00%
15.451.0169.1951.7334	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NO ITAPOÁ (EP)	60.000	0	0,00%
15.451.0169.1951.7427	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NA VILA SÃO JOSE EM BRAZLÂNDIA (EP)	200.000	0	0,00%
15.451.0169.1951.7428	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA EM ARAPOANGA (EP)	200.000	0	0,00%
15.451.0169.1951.7634	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA NA ESTRUTURAL - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO - SCIA - RA XXV. (EP)	100.000	0	0,00%
15.451.0169.1951.7635	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA PRÓXIMO AS QUADRAS "QS" DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO II RA XXI. EP	100.000	0	0,00%
15.451.0169.1951.7661	CONSTRUÇÃO DE CRECHE COMUNITÁRIA ENTRE AS QUADRA QR 223 E QR 225 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA. (EP)	100.000	0	0,00%
15.451.3000.1984.2536	CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO INFANTIL DE CEILÂNDIA	0	0	-
27.812.4000.3440.7172	COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO STELLA DOS CHERUBINS EM PLANALTINA (EP)	60.000	0	0,00%
10.301.1508.2102.0002	ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	326.212	0	0,00%
10.301.2418.1853.7880	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL AO CONSUMO DE ALCOOL E DROGAS EM CEILÂNDIA. (EP)	513.382	0	0,00%
10.302.0214.1859.7751	CONSTRUÇÃO DO BLOCO MATERNO-INFANTIL DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA. (EP)	80.000	0	0,00%
10.302.0300.2156.0002	ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA	451.860	4.174	0,92%
10.302.0800.5007.000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS BANCOS DE LEITE MATERNO DO DF (EPP)	7.700	0	0,00%
06.182.0800.2340.0001	BOMBEIRO MIRIM	239.947	0	0,00%
27.811.1900.9010.7219	APOIO AO PROJETO SAMBA BATERIA E CAPOEIRA DE ÂNGOLA PELO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA GAROTOS DO DISTRITO FEDERAL DE SÃO SEBASTIÃO (EP)	60.000	0	0,00%
14.421.0100.2767.7698	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES NO DF (EP)	150.000	0	0,00%
14.421.1506.6194.3	240 ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE COM MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA	0	0	-
14.421.2403.6199.784	APOIO AOS PROJETOS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL PROMOVIDO PELO INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE, PELA MISSÃO CRIANÇA E PELO FÓRUM DO DF DE PRE	120.000	0	0,00%
14.422.1501.2598.7896	PROJETO PAPO FIRME (PALESTRAS ITINERANTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES) (EP)	89.150	0	0,00%
8.244.0169.1951.667	CONSTRUÇÃO DE CRECHES COMUNITÁRIA NO DISTRITO FEDERAL (EPP)	4.150	0	0,00%
08.244.0169.1951.7664	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO CENTRO COMUNITÁRIO DE CEILÂNDIA E NO CÔRREGO DA ONÇA NO PARK WAY (EP)	50.000	0	0,00%
08.421.1506.6194.7885	ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE COM MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE. (EP)	450.000	0	0,00%
14.243.0100.2766.0004	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO PLANO PILOTO	200.179	0	0,00%
14.243.1504.6194.3241	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	69.028	0	0,00%
14.421.0100.2767.0669	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES NO PARANOÁ	20.737	0	0,00%
14.421.0100.2767.0670	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES EM PLANALTINA	20.737	0	0,00%
14.421.0100.2767.0671	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES EM SAMAMBAIA	20.737	0	0,00%
14.421.0100.2767.0672	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES EM SANTA MARIA	20.737	0	0,00%

Planilha1

14.421.0100.2767.0673	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES EM SOBRADINHO	20.737	0	0,00%
14.421.0100.2767.0674	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES EM TAGUATINGA	20.737	0	0,00%
14.421.0100.2767.0675	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES NO PLANO PILOTO	20.737	0	0,00%
14.421.0100.2767.0676	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES EM BRAZLÂNDIA	20.737	0	0,00%
14.421.0100.2767.0677	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES EM CEILÂNDIA	20.737	0	0,00%
14.421.0100.2767.0678	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES NO GAMA	20.737	0	0,00%
14.421.1506.6194.3240	ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE COM MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA	69.031	209	0,30%
14.421.1506.6200.3457	ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE COM MEDIDA DE SEMILIBERDADE	2.195.215	879.974	40,09%
14.421.1506.6200.3458	ATENDIMENTO DO ADOLESCENTE EM INTERNAÇÃO PROVISÓRIA	945.733	760.109	80,37%
14.421.1506.6200.3459	ATENDIMENTO DO ADOLESCENTE COM MEDIDA DE INTERNAÇÃO	635.086	310.639	48,91%
14.421.1508.2794.0682	APOIO AO ADOLESCENTE NO DISTRITO FEDERAL	6.896	0	0,00%
14.421.1508.6199.6288	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO ADOLESCENTE	2.347.088	1.660.152	70,73%
14.421.2400.2214.3006	APOIO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SAMAMBAIA	207.092	0	0,00%
14.421.2403.6199.6289	APOIO AS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS INFANTIL COMPLEMENTAR	1.380.638	20.896	1,51%
14.421.2800.3304.6952	CONSTRUÇÃO DAS SEDES DOS CONSELHOS TUTELARES NO DISTRITO FEDERAL	20.533	0	0,00%
08.243.2403.2815.3385	MOBILIZAÇÃO PELA PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (EPP)	6.900	0	0,00%
14.243.1508.2794.0683	ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE	34.514	0	0,00%
14.243.2403.2815.3384	(*) ASSISTÊNCIA À CRIANÇA (EPP)	34.514	0	0,00%
TOTAL		2.163.373.991	554.803.771	25,65%

Fonte: QDD www.districtofederal.df.gov.br

Elaboração: Il curso OCA DF



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Participantes do Grupo OCA - DF

1. Dr.^a Fabiana de Assis Pinheiro
2. Alessandro Tertuliano
3. Alexandra Martins Costa
4. Camila Sabino
5. Consuelo Vidal de Oliveira Feijó
6. Deolinda Maria Lopes da Rocha
7. Domingos Francisco de Sousa Barbosa
8. Elisângela Menezes
9. Fabiano de Oliveira Lago
10. Flávia de Araújo Cordeiro
11. José Luiz Martins Irineu
12. Márcia Maria Carvalho
13. Manoel Cardoso Magalhães
14. Márcia Pereira da Rocha
15. Maria Clara Brandão
16. Maria de Fátima Reis Ribeiro
17. Maria Edna de Oliveira Fontes
18. Marlúcia Ferreira do Carmo
19. Monaliza Lacerda Silva
20. Natalíria da Silva
21. Neli da Silva Ramos
22. Paulo Márcio de Aquino Mendes
23. Ricardo Duarte Leal
24. Robson Majus Soares
25. Selma Aparecida da Costa dos Santos
26. Thais Alves Moreira
27. Wesley de Souza Oliveira
28. Willekens Van Dorth de Meneses Souza
29. Ziel Ferreira dos Santos



LEI Nº 4.086, DE 28 DE JANEIRO DE 2008

(Autoria do Projeto: Deputada Eliana Pedrosa)

Cria o relatório Orçamento Criança e Adolescente, como instrumento de controle social e fiscalização do orçamento público na área da criança e do adolescente.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o relatório Orçamento Criança e Adolescente como instrumento de controle social e fiscalização da destinação e execução do orçamento público nas áreas relacionadas com criança e adolescente.

Art. 2º O relatório Orçamento Criança e Adolescente será elaborado anualmente pelo órgão competente do Poder Executivo e encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, com o objetivo de tornar transparente a execução orçamentária anual dos gastos públicos com crianças e adolescentes do Distrito Federal.

§ 1º Para elaboração do relatório será utilizada a metodologia do Orçamento Criança e Adolescente (metodologia do OCA), desenvolvida pela Abrinq, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef e pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC.

§ 2º Poderá ser utilizada outra metodologia que contenha, no mínimo, as seguintes informações:

I – a receita anual total estimada e a executada no exercício analisado e no anterior;

II – a despesa anual total fixada e a executada no exercício analisado e no anterior;

III – a despesa anual total fixada e a executada relativa aos programas e suas respectivas ações exclusivamente direcionadas à criança e ao adolescente no exercício analisado e no anterior, constando a diferença em termos de valor e o percentual de execução efetivo entre a despesa fixada e a executada;

IV – a despesa anual fixada e a executada por programas e suas respectivas ações exclusivamente direcionadas à criança e ao adolescente no exercício analisado e no anterior, constando a diferença em termos de valor e o percentual de execução efetivo entre a despesa fixada e a executada;

V – a demonstração do percentual apurado da relação entre a despesa estimada e a executada de que trata o inciso III e a receita estimada e a executada constante no inciso I;

VI – a demonstração do percentual apurado da relação entre a despesa de que trata o inciso III e a despesa constante no inciso II;



VII – as unidades orçamentárias responsáveis pela execução dos programas exclusivamente direcionados à criança e ao adolescente e seus respectivos ordenadores de despesas.

§ 3º O relatório será publicado até o final de março do ano subsequente ao exercício financeiro analisado, no *Diário Oficial do Distrito Federal*, e encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal no primeiro dia útil seguinte ao da publicação, a qual também fará publicação em seu sítio, importando em crime de responsabilidade o descumprimento do disposto neste parágrafo.

Art. 3º O relatório será analisado por Comissão de Trabalho da Câmara Legislativa do Distrito Federal, composta por representantes da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, sob a coordenação da primeira.

Parágrafo único. Serão convidados para compor a Comissão representantes do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal, da Promotoria de Defesa da Educação, do Fórum DCA, da Defensoria Pública do Distrito Federal, dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, do Tribunal de Contas do Distrito Federal e das áreas de controle interno do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de janeiro de 2008
120º da República e 48º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

*Este texto não substitui o publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 29/1/2008.*